

Empresas de turismo ameaçam suspender passeios bate-voltas de São Luís para Santo Amaro

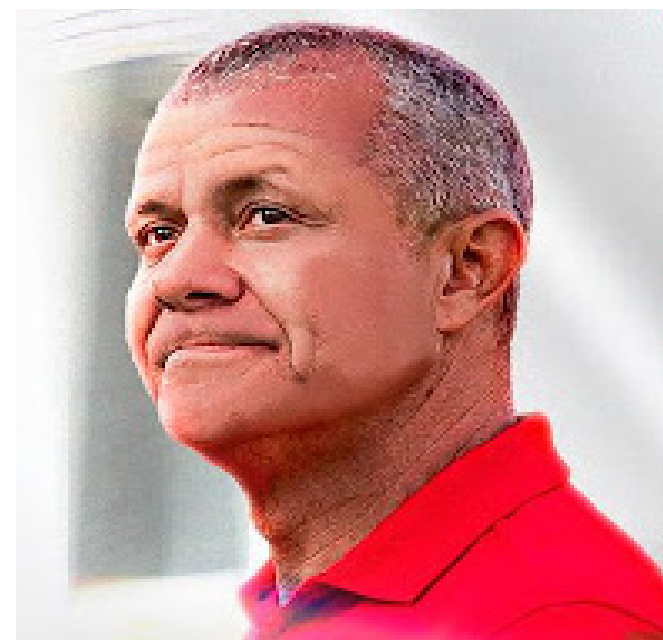


Nos últimos dias, empresas e agências de turismo maranhenses estão se mobilizando para suspender os passeios para a cidade. O motivo? O aumento cobrado pela taxa de operadores receptivos em Santo Amaro, que antes recebiam entre R\$ 30 e R\$ 45 por turista, e agora passaram a cobrar cerca de R\$ 80, alegando inviabilidade econômica diante de custos operacionais como combustível, manutenção de veículos e margem de lucro.

Ministro Flávio Dino diz que STF não tem prazo para encerrar monitoramento de emendas parlamentares



Prefeita de São Luís ensaia diálogo com Brandão



Câmara de São Luís mantém veto de trecho da LOA 2026

O dispositivo retirado do texto previa uma emenda que instituía um calendário para a quitação das emendas parlamentares. Mesmo com a supressão do trecho, a Prefeitura de São Luís adotou, por via administrativa, medidas para assegurar o pagamento desses recursos

FUTEBOL MARANHENSE: 6 técnicos demitidos em apenas 4 meses

ENALDINHO EM SÃO LUÍS
16H | 17 DE MAIO | SÃO LUÍS HALL

ENALDINHO DA BRUNDA DE HAPPY & ANGRY

GR LEILÕES LEILÃO DA PREFEITURA DE COELHO NETO/MA
Dia 12/05/2026 às 10 horas

Veículos e máquinas à venda

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público do Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06

Telefone: (98) 4141-2441
Lances on-line e fotos:
www.grieiloes.com



PL DA DOSIMETRIA

O entulho autoritário e o canto da sereia

RAFAEL DOS REIS AGUIAR E LUCAS LOUBACK

cordenador de advocacy do Pacto pela Democracia e doutor em direito, Estado e Constituição pela UnB - gerente de advocacy e campanhas no NOSSAS

central é simples e incômoda: regimes autoritários, e suas continuidades, não operam apenas fora da lei, mas também por meio dela. O direito, nesse caso, deixa de ser limite ao poder e passa a ser instrumento de sua reorganização. A discussão sobre a dosimetria precisa ser lida nessa chave.

O argumento de que seria necessário calibrar melhor as penas pode soar para alguns razoável isoladamente. O problema aparece quando esse ajuste se conecta ao contexto político mais amplo: uma tentativa organizada de deslegitimar as instituições democráticas que culminou nos ataques de janeiro. Ao intervir nesse ponto, o Parlamento não está apenas discutindo técnica penal; está redefinindo o peso político e jurídico daqueles acontecimentos. E essa redefinição não é neutra.

Quando o sistema político passa a suavizar as consequências de atos que atentaram contra a ordem constitucional, abre-se espaço para uma normalização perigosa com danos colaterais bastante sensíveis, inclusive no que tange ao contexto eleitoral que vamos experimentar em 2026. Não se trata de negar garantias ou de defender punições arbitrárias. Trata-se de reconhecer que há momentos em que o direito precisa afirmar, com clareza, os limites do aceitável. Diluir essa resposta é também diluir esses limites.

É nesse ponto que a categoria "entulho autoritário" parece útil ao debate. O termo surgiu para dar conta das heranças institucionais da ditadura que resistiram à redemocratização. Nunca foram totalmente removidas. Permaneceram latentes, prontas para serem reativadas em contextos de crise.

A atuação recente do Parlamento sugere exatamente isso: não uma ruptura aberta com a ordem democrática, mas a reativação de mecanismos que permitem acomodar o autoritarismo dentro dela. O direito e os seus procedimentos continuam sendo mobilizados de forma questionável. As votações ocorrem, mas o resultado é uma inflexão que fragiliza a própria

democracia que as regras deveriam proteger.

Há uma metáfora clássica na teoria constitucional que ajuda a pensar esse cenário. Ulisses, para atravessar o canto das sereias, manda que o amarem ao mastro do navio. Ele sabe que, diante da tentação, não confiará em si mesmo. A amarra é um compromisso prévio, uma forma de garantir que não cederá ao impulso. As constituições cumprem essa função. São esse mastro coletivo: um conjunto de regras que o próprio povo aceita para evitar, no futuro, decisões movidas por paixões momentâneas ou por conveniências políticas de curto prazo.

O que se vê agora é um afrouxamento dessas amarras. O discurso da moderação, da pacificação ou do ajuste técnico pode funcionar como o canto das sereias: sedutor, aparentemente razoável, mas profundamente destabilizador se seguido sem cautela. Ao reconfigurar a resposta aos atos de 8 de Janeiro, corre-se o risco de transformar um ataque à democracia em um episódio administrável, quase rotineiro.

A consequência mais grave não está apenas no presente, mas no precedente que se constrói. Se a reação institucional a uma tentativa de ruptura pode ser rebaixada por decisão política, o que impede que novos episódios sejam tratados da mesma forma? Nesse cenário, a sociedade civil volta a ter um papel que nunca deixou de ser seu: o de lembrar às instituições o sentido do compromisso democrático.

O objetivo não pode ser jamais substituir o Parlamento, mas de tensioná-lo quando essa casa bicentenária se afasta das bases que justificam, senão legitimam, a própria autoridade. O problema não é apenas o que o Congresso faz ao discutir a dosimetria. É o que essa discussão revela sobre a disposição de lidar com o autoritarismo quando ele não chega pela porta da frente, mas se instala, discretamente, pelos corredores da legalidade.

EDITORIAL

PNE não pode ser plano para tapar buracos

Em meio ao período de instabilidade política e institucional que preocupa o país —, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou lei sobre tema que também exige vigilância: o novo Plano Nacional de Educação (PNE). Trata-se do conjunto de diretrizes, estratégias e metas que vão guiar a educação brasileira — da creche à pós-graduação — pelos próximos 10 anos. Por si só, um projeto hercúleo. Ainda mais desafiante porque substituiu uma versão marcada pelo não cumprimento de tudo o que foi proposto.

A divergência de narrativas também contamina a análise do PNE antigo. Enquanto o Ministério da Educação (MEC) calcula um alcance superior a 76%, levantamento produzido pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados em 2025 mostra que 61% do que foi estabelecido ficou no papel. Certo mesmo é que os dois balanços são ruins. Considerando que a educação é um dos principais caminhos de redução de desigualdades e motor estratégico para o desenvolvimento de um país, não há de se minimizar falhas.

A expectativa é de que os novos mecanismos voltados ao monitoramento e à coordenação federativa permitam um desfecho melhor do PNE em vigência. Nesse sentido, especialistas percebem como avanços a projeção de metas para estados e municípios e a fiscalização periódica do plano. A partir de agora, a checagem do cumprimento das metas se dará a cada dois anos. Até então, se dava ao fim da validade da lei federal.

Gestores terão, dessa forma, de regularmente compartilhar os avanços e justificar retrocessos e estagnações, o que pode fortalecer mecanismos de responsabilização e investimentos na área. O percentual atual de dinheiro dedicado à educação é equivalente a 5,5% do PIB; o novo PNE estipula que chegue a 7% até o sexto ano de vigência — ou seja, em 2033, véspera de ano eleitoral — e a 10% em 2036. Ainda que cumprida, a meta se tornará realidade com mais de uma década de atraso, já que tal patamar foi previsto no PNE aprovado em 2014.

Ao Correio, Brenda Prata, especialista da Fundação Ayrton Senna, chama atenção para a qualidade dos futuros gastos em educação, sobretudo em função da grande disparidade entre as redes e da recorrente falha na conexão entre investimento e aprendizagem. "Há municípios com políticas estruturadas e outros sem capacidade técnica mínima, bem como desigualdades estruturais de raça, território, gênero e modalidades específicas, como educação indígena e do campo", detalha.

Sob essa ótica, o cumprimento integral do PNE só se torna realidade quando deixa de ser entendido como uma política isolada e passa a ser conduzido de forma intersetorial. Condições de saúde, violência de gênero e urbana e até a crise climática são alguns dos fatores que interferem na ida à escola às condições das experiências vivenciadas nela. Incrivelmente, também costumam estar fora dos radares de secretários de Educação e outros gestores públicos — os mesmos que decidem por cortes na pasta em momentos de crise orçamentária. A conta não fecha, e o fracasso é boletim infalível. Enquanto a educação não fizer parte das prioridades nacionais, os PNEs serão políticas para tapar buracos.

O IMPARCIAL

EMPRESA PACOTILHA SA

Rua Assis Chateaubriand, 01 - Renascença II
São Luís - Maranhão - CEP 65075-670

Pedro Freire
Diretor-Presidente
pedrofreire@oimparcial.com.br

Celso Segio
Diretor Executivo

Patrícia Freire
Gerente Financeira
patriciafreire@oimparcial.com.br

Raimundo Borges
Diretor de Redação

FALE CONOSCO - GRUPO O IMPARCIAL

REDAÇÃO
(98) 99144-5641

COMERCIAL
(98) 99116-1624

ASSINATURAS
(98) 99144-5645

REDES SOCIAIS
Whatsapp: (98) 99144-5641

ASSINATURAS
(98) 99144-5646

Twitter: @imparcialonline
Instagram: @oimparcial
www.oimparcial.com.br

São Luís, quarta-feira, 29 de abril de 2026

RELAÇÕES REPUBLICANAS

Esmênia e Brandão ensaiam diálogo

Gesto é visto como tentativa de distensionar a relação entre as duas esferas de poder, que historicamente enfrentam períodos de isolamento devido a divergências partidárias

A prefeita de São Luís, Esmênia Miranda (PSD), revelou a interlocutores próximos que manteve um contato recente com o governador Carlos Brandão. A gestora classificou a conversa como “extremamente proveitosa e respeitosa”, sinalizando uma possível abertura para o diálogo institucional entre a prefeitura da capital e o Palácio dos Leões. Segundo os relatos, Brandão se colocou à disposição para colaborar com a administração municipal e convidou a prefeita para uma reunião formal, enfatizando que não haveria pressões ou condicionamentos políticos para a cooperação.

O governador teria argumentado que a capital merece o mesmo tratamento dispensado aos municípios do interior, reforçando a intenção de manter as portas abertas para parcerias em benefício da população ludovicense. O gesto é visto como uma tentativa de distensionar a relação entre as duas esferas de poder, que historicamente enfrentam períodos de isola-



GOVERNADOR TERIA ARGUMENTADO QUE A CAPITAL MERECE TAMBÉM ATENÇÃO

mento devido a divergências partidárias. Apesar do tom positivo do diálogo, a prefeita Esmênia Miranda tem adotado uma postura de cautela no Palácio La Ravardière. O cenário político é delicado: Esmênia é a sucessora direta de Eduardo Braide (PSD), que é pré-candidato ao governo do estado e principal nome da oposição ao grupo de Brandão para o próximo pleito. Atualmente, a prefeita ocupa a posição de principal cabo eleitoral da candidatura de Braide, o que torna qualquer aproximação administrativa

com o atual governador um movimento monitorado de perto por aliados de ambos os lados.

A estratégia agora é equilibrar a necessidade de investimentos estaduais na capital com a manutenção da identidade política oposicionista. A reunião oficial no Palácio dos Leões, se concretizada, deve focar em pautas de infraestrutura e saúde, evitando, ao menos publicamente, o embate eleitoral que já começa a desenhar o cenário de 2026.

TROCA DE COMANDO

Vice-prefeita assumirá o comando de Vitorino Freire

A morte de um gestor em exercício costuma provocar não apenas comoção, mas também mudanças imediatas na condução administrativa dos municípios. Em Vitorino Freire, a perda do prefeito Ademar Magalhães, o Fogoió, abre caminho para a transição de comando, ao mesmo tempo em que mobiliza autoridades, aliados e a população em torno de homenagens e do legado deixado pelo chefe do Executivo.

entre os moradores. O gestor passou mal durante uma solenidade oficial, foi socorrido ainda no local, mas não resistiu.

Eleita vice-prefeita nas eleições de 2024, Gabi Viana atuava diretamente nas principais agendas da administração municipal e era considerada uma pessoa de confiança por Fogoió. A futura gestora também é aliada do deputado federal e ex-ministro Juscelino Filho.

Vice-prefeita lamenta morte de aliado

Em publicação nas redes sociais, Gabi Viana manifestou pesar pela morte do prefeito, destacando a longa convivência entre os dois.

“Me despeço não só de um parceiro de trabalho, parceiro de caminhada política... me despeço de um grande amigo, que esteve na minha vida por quase 30 anos, com quem vivi muitas histórias, com quem dividi muitos momentos. Quantas histórias, meu parceiro! Sua humildade e sua alegria marcaram para sempre minha vida. Sua ausência será profundamente sentida, mas sua memória permanecerá viva em nossos corações. Meu amigo, meu parceiro, eternamente Foguis”, escreveu.

De acordo com informações confirmadas pela Prefeitura de Vitorino Freire, Fogoió, de 61 anos, passou mal durante um evento realizado em uma igreja, promovido pela Secretaria Municipal de Educação. A suspeita inicial é de infarto.

No momento do ocorrido, ele recebeu manobras de reanimação cardiopulmonar realizadas pela ex-prefeita

Luanna Rezende, que é médica e estava presente. Em seguida, foi atendido por uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e encaminhado ao Hospital Municipal Dr. Francisco Ribeiro, mas não sobreviveu. Fogoió havia sido eleito prefeito em 2024 com 62,69% dos votos válidos. Com o falecimento, a vice-prefeita assume a administração municipal.

Luto oficial

A Prefeitura decretou luto oficial de três dias e destacou, em nota, a trajetória do gestor: “A Prefeitura de Vitorino Freire comunica, com profundo pesar, o falecimento do prefeito Ademar Alves Magalhães. Gestor dedicado, exerceu sua trajetória com compromisso, responsabilidade e zelo pelo povo vitorinense, deixando um legado de trabalho e dedicação ao município. Neste momento de dor, a Prefeitura se solidariza com familiares, amigos e toda a população, rogando a Deus que conceda conforto e força a todos. Em reconhecimento à sua trajetória marcada pelo compromisso com o serviço público e dedicação ao município, fica decretado luto oficial de três dias.”

O governador Carlos Brandão se pronunciou sobre a morte do prefeito e classificou Fogoió como um aliado próximo: “Perdemos um gestor amigo e parceiro da nossa gestão, o prefeito Fogoió. Sua partida nos entristece, mas seu trabalho e compromisso com as pessoas permanecerá. Meu abraço à família, aos amigos e ao povo de Vitorino Freire. Peço que Deus console a todos neste momento.”

JUSTIÇA

Ministro Flávio Dino diz que STF não tem prazo para encerrar monitoramento de emendas parlamentares

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou nesta terça-feira que não existe um prazo definido para o encerramento do monitoramento da Corte sobre as emendas parlamentares. Ao tratar do tema, o magistrado destacou a complexidade do caso, classificando-o como de “difícil equacionamento”, e traçou um paralelo com o chamado inquérito das fake news, que já ultrapassa sete anos de tramitação. Segundo ele, processos dessa natureza não comportam “respostas simples ou instantâneas” e demandam “tempo institucional de amadurecimento”, “sob pena de que a solução se revele ineficaz ou insuficiente”.

Maior rastreabilidade das emendas

A declaração foi feita no contexto da decisão que marcou uma nova audiência no âmbito da ação que determinou maior rastreabilidade das emendas parlamentares. Desta vez, o foco será a análise da eficácia da aplicação dos recursos federais, especialmente no que diz respeito à sua “aptidão” para viabilizar políticas públicas. O encontro está agendado para o dia 13 de maio e terá como objetivo central discutir estudos científicos capazes de subsidiar futuras deliberações sobre a destinação e execução dessas verbas.

Ao justificar a continuidade do acompanhamento judicial, Dino recorreu a experiências internacionais e citou um precedente da Suprema Corte dos Estados Unidos — Suprema Corte dos Estados Unidos — que declarou inconstitucional a segregação racial no sistema educacional. De acordo com o ministro, naquele caso, a supervisão judicial se prolongou por mais de uma década, evidenciando que transformações estruturais exigem acompanhamento contínuo para garantir sua efetividade.

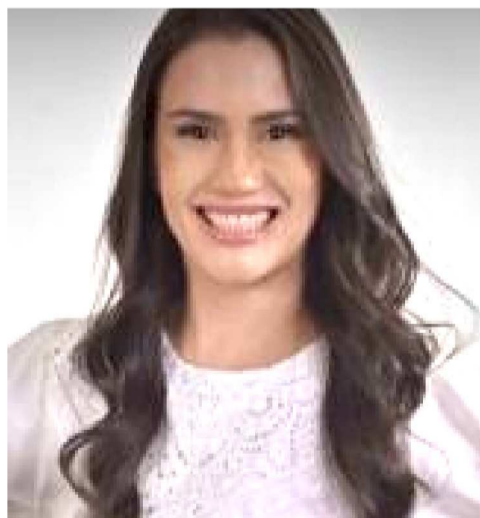
Na avaliação do relator, a ação em curso no STF possui caráter “estrutural”, exigindo “decisões em cascata” que permitam a construção progressiva de “soluções adequadas para problemas complexos”. Ele ressaltou que o monitoramento da Corte somente será encerrado quando houver garantias concretas de que o processo orçamentário e a execução das emendas parlamentares estejam funcionando de forma regular, em todos os níveis federativos, e em conformidade com os princípios da transparência e da rastreabilidade.

Para ampliar o debate, foram convidados representantes de diversas instituições, incluindo o movimento Orçamento Bem Gasto, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Advocacia-Geral da União, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, a Controladoria-Geral da União e a Procuradoria-Geral da República. Também foi chamado a participar o Partido Socialismo e Liberdade, responsável por ajuizar a ação que questiona a execução das emendas.

Dino enfatizou que a “aptidão” das emendas parlamentares para viabilizar políticas públicas não é apenas desejável, mas uma exigência constitucional. Nesse sentido, destacou a importância de pesquisas acadêmicas recentes — conduzidas tanto pelo movimento Orçamento Bem Gasto quanto pelo Ipea — que apontam problemas relevantes, como a “baixa relevância” das emendas individuais e a “insuficiência de transparência” na destinação dos recursos.

A partir desses dados, o ministro defendeu a necessidade de uma análise mais rigorosa sobre os impactos concretos dessas verbas, afirmando ser “imprescindível” verificar se os recursos têm contribuído para a “redução de desigualdades, melhoria da infraestrutura e mitigação da vulnerabilidade social”. Ele ainda alertou para o risco de ineficiência na aplicação dos recursos públicos em um cenário de restrição fiscal.

“Não é admissível, em um cenário de escassez de recursos públicos, que a destinação de emendas parlamentares se dissocie de um adequado planejamento, tampouco que resulte, na ponta, em ineficiências que comprometam a efetividade das políticas públicas”, frisou o ministro, ao reforçar a necessidade de maior rigor técnico e transparência na gestão orçamentária.



A vice-prefeita de Vitorino Freire, Gabrielle Viana Costa, conhecida como Gabi Viana (União), deverá assumir a chefia do Executivo municipal em cerimônia de posse a ser conduzida pela Câmara de Vereadores, com previsão inicial para ocorrer na quinta-feira (30).

A transição no comando da cidade acontece após a morte do prefeito Ademar Magalhães (União), o Fogoió, registrada na noite de segunda-feira (27), fato que gerou grande comoção

SÃO LUÍS

Câmara mantém veto de trecho da LOA 2026

Mesmo com a retirada do dispositivo que previa cronograma, gestão de Esmênia adota escalonamento na prática e reforça diálogo entre Executivo e Legislativo Municipal

SAMARTONY MARTINS

Em sessão extraordinária realizada na segunda-feira (27), a Câmara Municipal de São Luís aprovou, por 21 votos favoráveis e um contrário, o veto do Executivo ao parágrafo único do artigo 8º da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026. O dispositivo retirado do texto previa uma emenda que instituiu um calendário para a quitação das emendas parlamentares. Mesmo com a supressão do trecho, a Prefeitura de São Luís adotou, por via administrativa, medidas para assegurar o pagamento desses recursos.

Durante o debate em plenário, o presidente da Casa, o vereador Paulo Victor (PSB), ressaltou o ambiente de maior entendimento entre os poderes e elogiou a condução da atual administração municipal. Segundo ele, a chefe do Executivo, Esmênia Miranda (PSD), demonstrou compromisso institucional ao estabelecer, mesmo sem

imposição legal, uma data fixa para o repasse das emendas. O parlamentar destacou que a iniciativa simboliza um novo momento político na capital, marcado pelo diálogo entre Legislativo e Executivo. Autor da proposta vetada, o vereador Pavão Filho (PSB) explicou que a emenda tinha como finalidade organizar o cumprimento de uma exigência já prevista na Lei Orgânica do Município, que determina o pagamento das emendas impositivas até o encerramento do exercício financeiro. A sugestão previa que metade dos valores destinados a cada parlamentar fosse quitada até o mês de julho. Apesar da rejeição formal da emenda, o vereador reconheceu que a medida foi, na prática, incorporada pela gestão municipal. Ele afirmou sentir-se contemplado, uma vez que a prefeita determinou o escalonamento dos pagamentos conforme proposto inicialmente. A única manifestação contrária à manutenção do veto partiu do vereador André Campos (Republicanos), que defendeu a derrubada

da decisão do Executivo. Para ele, a aprovação do veto poderia representar incoerência por parte do Legislativo, uma vez que a inclusão da emenda não estava vinculada a gestões anteriores, como a do ex-prefeito Eduardo Braide (PSD). Ainda assim, reconheceu que o diálogo com a atual administração tende a evoluir.

O veto havia sido encaminhado originalmente por Braide, mas a atual gestão optou por implementar administrativamente o cronograma sugerido pelos parlamentares, mesmo sem obrigatoriedade expressa na LOA.

A decisão de manter o veto, aliada à execução prática da proposta, foi interpretada por vereadores como um indicativo de maior maturidade institucional e cooperação entre os poderes em São Luís. Ou seja, manutenção do veto, acompanhada da adoção prática do cronograma pela gestão de Esmênia, revela uma solução política que preserva a autonomia do Executivo sem ignorar a demanda do Legislativo.

GOVERNO FEDERAL

R\$ 330 milhões para frear alta do gás de cozinha

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina uma Medida Provisória, um Projeto de Lei e Decretos que ampliam as ações de governo para conter os impactos da alta da cotação dos combustíveis decorrentes da guerra no Oriente Médio. As medidas são amplas, com efeitos nas cadeias de fornecimento de combustíveis e também no setor aéreo.

Em conjunto, as ações geram um novo alívio para os consumidores e os setores produtivos brasileiros, reduzindo os efeitos internos do choque de preços causado pela guerra. E fortalecem a soberania energética e a segurança do abastecimento no país, garantindo que a população brasileira continue sendo uma das menos afetadas pela crise geopolítica. Acompanhe as medidas:

ÓLEO DIESEL

A subvenção será paga diretamente pela União, mas os estados que aderirem ao programa compensarão metade de seu valor (R\$ 0,60 por litro). Essa medida se somará à subvenção de R\$ 0,32/litro criada em 12 de março pela Medida Provisória 1.340, viabilizando a importação do derivado necessária ao abastecimento do país. Em contrapartida, os importadores deverão aumentar o volume vendido aos distribuidores e garantir o repasse do benefício aos preços ao consumidor.

A medida será aplicada pelo menos durante os meses de abril e maio de 2026 e terá custo de R\$ 4 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões para a União e R\$ 2 bilhões para os estados e o Distrito Federal. Até o momento, 25 Unidades da Federação já confirmaram a disposição

de participar do programa.

Subvenção de R\$ 0,80 por litro de diesel produzido no Brasil

A MP também cria uma nova subvenção para os produtores brasileiros de óleo diesel, que se somará àquela de R\$ 0,32/litro que já está em vigor. Esta subvenção será realizada unicamente com recursos federais, com custo estimado de R\$ 3 bilhões por mês. A subvenção durará por dois meses, podendo ser prorrogada por igual período. Em contrapartida, os produtores deverão aumentar o volume vendido aos distribuidores e garantir o repasse do benefício aos preços ao consumidor.

Isenção de impostos federais sobre o biodiesel

O Governo do Brasil publicará decreto que zera os dois tributos federais – PIS e Cofins – que incidem sobre o biodiesel, gerando uma economia de R\$ 0,02 por litro do combustível. O combustível renovável hoje é adicionado ao óleo diesel vendido nas bombas, em uma proporção de 15%.

GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)

Para garantir um alívio nos preços do combustível – inclusive no gás de cozinha – a MP autoriza que o Governo Federal pague uma subvenção de R\$ 850,00 sobre cada tonelada de Gás Liquefeito de Petróleo Importado, com valor total de R\$ 330 milhões. Isso significa que o produto importado será comercializado ao mesmo preço daquele produzido no Brasil, reduzindo

o impacto da guerra sobre o dia a dia da população mais vulnerável. A subvenção também terá duração de dois meses, podendo ser prorrogada por outros dois.

SETOR AÉREO

Linhas de crédito de até R\$ 9 bilhões para o setor aéreo

A MP assinada hoje prevê duas novas linhas de crédito para reduzir o impacto das altas nos preços de combustíveis sobre as operações das companhias aéreas brasileiras. A primeira conta com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), terá valor total de até R\$ 2,5 bilhões por mutuário e foco em reestruturação financeira das empresas. Os financiamentos serão operados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou instituição por ele habilitada.

A segunda linha terá foco no capital de giro de seis meses, com R\$ 1 bilhão alocados, e condições financeiras e elegibilidade a serem definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com risco da União.

As linhas se somam ao mecanismo já adotado pela Petrobras de mitigação do aumento do preço do QAV, anunciado na semana passada.

Isenção de Impostos Federais para QAV

O Governo do Brasil também anunciou a publicação de um decreto que zera o PIS e o Cofins sobre o combustível de aviação, o que resulta em uma economia de R\$ 0,07 por litro do combustível.



Coluna
ESPLANADA

PODER, POLÍTICA, MERCADO & VOCÊ

com Leandro Mazzini

O dia B

Hoje é o Dia B, de “Bessias” para o advogado e ex-AGU Jorge Messias, o apadrinhado de Dilma Rousseff, que fez questão de viajar da China ao Brasil para acompanhar sua sabatina no Senado. A expectativa no Palácio do Planalto é que, após meses de lobby, ele seja aprovado no plenário do Senado com uma vantagem de 10 votos. Mas nem tudo está garantido, não. Até ontem, pelo menos 30 senadores estavam “indecisos”. O senador Hamilton Mourão (Rep-RS), ex-vice presidente da República, decidiu subir o tom na CCJ. Em vez do tradicional bate-bola de perguntas e respostas, Mourão fará um pronunciamento, sem abrir espaço para réplica do indicado do presidente Lula da Silva. A manobra é protesto deliberado contra o que a oposição chama de “rolo compressor” do Palácio. Mourão vai citar a falta de “notável saber jurídico” de Messias e o cordão umbilical político que o liga ao presidente, o que fere a independência do STF.

Cleitin e a pipa

A Coluna publicou dia 12 de novembro que a Onda “Cleitin” governador cresce silenciosa em partidos de Minas. O jovem senador aparece há meses em trackings com pontuações relevantes. E bateria até Rodrigo Pacheco (PSD), que pode aparecer candidato de Lula da Silva no Estado. Quem diria... de soltador de pipa e rapper há quatro anos, a hoje senador e potencial candidato ao Governo do 3º Estado mais rico.

Que Mega Sena!

A 15ª Câmara Cível do TJMG julga amanhã recurso contra decisão que condenou um banco a devolver todo o dinheiro movimentado pela Dataprint Indústria e Comércio de Formulários ao longo de nove anos, com juros e correção monetária. A empresa pediu a restituição e o juiz da 1ª instância curiosamente cravou R\$ 169 milhões – enquanto perícia do banco aponta R\$ 157 mil que, com a correção, chegaria a R\$ 1,8 milhão.

Na canela – 2

Caiu como bomba na sede da Confederação Brasileira de Futebol, a poderosa CBF, a decisão do Tribunal Superior do Trabalho que deu ganho de causa ao jogador Richarlyson contra o Atlético Mineiro. Ele pediu adicional e hora extra por partidas após 22h. Os cartolas sabem que isso abriu precedente perigoso para o caixa dos clubes – e o que não falta é atleta insatisfeito com a rotina de treinos e jogos noite adentro.

Alô, executivos!

O HUB de Economia e Clima do Instituto Clima e Sociedade (iCS) promove, hoje, o webinar “Regulação, Informação e Greenwashing: limites e eficácia da agenda de sustentabilidade no mercado financeiro”, em parceria com a ANPEC. Especialistas irão discutir se os avanços das regras de transparência no mercado têm sido suficientes para reduzir o greenwashing, o chamado marketing verde-sustentável das empresas.

Volta da Cesgranrio

Com larga trajetória na área de educação, a Fundação Cesgranrio adota novas práticas de governança. Retomou e fortaleceu relações com antigos parceiros como a Caixa, Transpetro, Universidade Banco do Brasil e ANBI-MA. Presidida agora por Jairo Henrique Pereira, a instituição amplia atuação em concursos, seleções e avaliações, incluindo o Exame Nacional para Certificação de Jovens e Adultos.

ESPLANADEIRA

#Vivian Rio Stella e Lilian Dorighello lançaram podcast “Isso não é um problema de comunicação”. #Concurso Cultural do Instituto Sicoob abre inscrições para escolas. #AutoU aplica IA no varejo de combustíveis com Rede São Roque e câmeras 24h. #Knoll apresenta colaborações inovadoras no Salone del Mobile Milano 2026. #Ortobom destaca campanha Ponto Azul com até 50% de desconto e parcelas em até 21x. #Hospital Alvorada Brasília completa 40 anos com atuação em alta complexidade. #Karina e Alan Vivian lançam perfumes capilares.

São Luís, quarta-feira, 29 de abril de 2026

SÃO LUÍS PARA SANTO AMARO

Passesios de bate-volta podem acabar

Agências de turismo da capital estão mobilizadas para suspender o passeio para a cidade em função do aumento da taxa cobrada pelos condutores de Toyota

PATRÍCIA CUNHA

O tradicional passeio bate-volta que as agências de turismo costumam fazer em apenas 1 dia em destinos turísticos do Maranhão e cidades vizinhas dão a possibilidade ao cliente de conhecer um local turístico a baixo preço, excursões rápidas, com comodidade e em apenas 1 dia. Um desses destinos é Santo Amaro, porta de entrada dos lençóis maranhenses e que fica a aproximadamente 230 km de São Luís. Um passeio para Santo Amaro, saindo de São Luís, custa em torno de 119 reais incluindo ônibus, Toyota e guia da agência. Mas nos últimos dias, empresas e agências de turismo maranhenses estão se mobilizando para suspender os passeios para a cidade. O motivo? O aumento cobrado pela taxa de operadores receptivos em Santo Amaro, que antes recebiam entre R\$ 30 e R\$ 45 por turista, e agora passaram a cobrar cerca de R\$ 80, ale-



OS OPERADORES RECEPTIVOS PASSARAM A COBRAR CERCA DE R\$ 80 POR TURISTA

gando inviabilidade econômica diante de custos operacionais como combustível, manutenção de veículos e margem de lucro.

Insatisfação por conta das mudanças



Outro ponto diz respeito à lotação do veículo. Conversei com agentes de turismo sobre o assunto que revelam a insatisfação das mudanças e pedem um prazo para adequação. "Assim como eles mudaram muito rápido a legislação em cima da alta temporada, não dando tempo das agências se adequarem, o que a gente tem que pedir é

tempo de adequação e progressão de valores á medida que os anos vão se passando, para a categoria D. Mas antes já funcionava as 10 pessoas categoria B e D. e se funcionava antes, daria um prazo até dezembro para todos se adequarem. Não tem como a gente rodar com Toyota de 7 pessoas, disse Eduardo Wodraud, da Agência Reviver Viagem. "Há todo um trabalho de logística e de marketing para que o passeio aconteça. O passeio de Santo Amaro dura 15 minutos até as dunas, diferente de Barreirinhas que chega a 1h até chegar as dunas. Antes, as Toyotas levavam 11 pessoas foi para 10, de 10 para 9 e agora para 7. Isso impacta, para a gente que trabalha com ônibus de 50 lugares. 5 Toyotas a gente pagava 400 reais, agora, com essa redução, ficou um veículo para 7 pessoas pagando 800 reais. E na outra modalidade, pagar 80 por pessoa, sendo que antes tínhamos um valor padrão com pacotes lançados até o final do ano, vendas feitas e clientes com pacotes fechados. Somos obrigados agora a arcar com esse prejuízo. Mudaram em 1 semana e não

deram tempo de nos adequar", disse Robert d'Avila, da agência NaBr Turismo.

Conforme a legislação, os condutores da categoria B podem transportar até 7 passageiros + guia e as categorias superiores: até 10 passageiros. Isso, segundo os toyoteiros e as agências, não era exigido antes. Os condutores agora que possuem a categoria B e transportavam mais de 7 passageiros devem regularizar suas documentações para poder operar regularmente. "Eu falei para o secretário que isso teria que ser comunicado antes pra gente ter tempo para se organizar. A alta temporada está bem aí. Para mudar de categoria B para D é quase 5 mil. Faltou dar um prazo para a gente se adequar", disse um condutor que preferiu não se identificar. Para Robert, o aumento dos valores dos toyoteiros foi consequência dessa mudança drástica, que poderia gerar um custo mais alto para o turista. Por esse motivo, eles vão parar.

"A gente vai mudar de rota"

Caso não haja um consenso, ou adequação de prazo para as mudanças que precisam ser feitas, é provável que o destino seja extinto na modalidade bate-volta. Outros roteiros estão sendo planejados pelas agências.



Segundo estimativa de Robert, na agência dele são feitos passeios de 3 a 4 vezes por semana para Santo Amaro, levando 50 pessoas por viagem o que gera movimentação financeira na cidade e entorno. "A gente deixa não só o passeio da Toyota, mas o almoço no restaurante, o café, o lanche, movimentamos o mercado dos trabalhadores que ficam lá. Uma agência que leva 50 pessoas por dia, imagina que esse mesmo estabelecimento receba 5 ou 6 agências, mas de 300 pessoas por dia? O quanto esse estabelecimento não ganha nos pacotes? Então, a gente precisa parar para eles entenderem que a gente movimenta o mercado e já que eles não querem aceitar a gente vai mudar o roteiro para outros destinos até eles entenderem que a gente também tem voz".

Os passeios que já estão fechados até 7 de maio serão cumpridos, mas a partir do dia 11, caso não haja negociação entre os atores envolvidos, o modelo de passeio para Santo Amaro será encerrado.

Nós entramos em contato com a Prefeitura Municipal de Santo Amaro, mas não obtivemos retorno.

COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE

MINISTÉRIO DA
DEFESA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO – REABERTURA COM PRAZO

Pregão Eletrônico nº 90017/GAP-RF/2026

A Ordenadora de Despesas do GAP-RF torna público que, às 9h (horário de Brasília-DF) do dia 14 de maio de 2026, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, será realizada a condução da sessão pública para contratação de empresa especializada para realização de serviços de engenharia contemplando fornecimento e instalação de 01 grupo motor gerador (GMG) de emergência a diesel com potência de 59KVA, 380/220V, carenado e silenciado operação stand-by com unidade de supervisão de corrente alternada (USCA) microprocessada para comando e supervisão do GMG e quadro de transferência automática (QTA) do DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO EM SÃO LUÍS/MA (DTCEASL), incluindo o fornecimento de materiais, insumos, equipamentos, bem como de mão de obra especializada. O edital e seus anexos estarão disponíveis no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, para maiores informações, por meio dos seguintes telefones (81) 2129-7086.

LISLAINE LINK Coronel Intendente
Ordenadora de Despesas

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES – MA

Prefeitura Municipal de Paulino Neves-MA. Chamamento Público Nº 001/2026 PMPN-MA. O Município de Paulino Neves/MA, através da Secretaria Municipal de Cultura, torna público aos interessados que realizará a seleção de agentes culturais das diversas manifestações culturais cadastradas no município de Paulino Neves/MA que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural de PAULINO NEVES/MA, conforme descrição no edital de Chamamento Público nº 001/2026, para o **PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DO POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC LEI Nº 14.399/2022**. O Edital do presente Chamamento Público poderá ser obtido por meio de endereço de e-mail: semucpaulinoneves2021@gmail.com ou no endereço eletrônico www.paulinoneves.ma.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas pelo e-mail semucpaulinoneves2021@gmail.com. Paulino Neves (MA), 27 de abril de 2026. **Josiel Cabral Soares**, Secretário Municipal de Cultura. Prefeitura Municipal de Paulino Neves - MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES – MA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO. CONCORRÊNCIA 005/2025. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DA SEDE DA APAE NO MUNICÍPIO DE PAULINO NEVES – MA**. No dia 22 de setembro de 2025, a Prefeitura Municipal de Paulino Neves-MA, publicou o aviso da referida Concorrência Pública, na imprensa oficial, Diário do Estado do Maranhão, DO PUBLICAÇÃO DE TERCEIROS, Pág. 08 em 22 de setembro de 2025, designando o certame para o dia 08 de outubro de 2025 às 10:00hrs. **CONSIDERANDO** a necessidade de **readequação do ato convocatório em seu projeto básico**, para sua alteração de acordo com as necessidades da administração respeitando os motivos e critérios de oportunidade e conveniência, conforme orientação técnica, **RESOLVE REPUBLICAR A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2025** com nova data de realização para o dia 21 de outubro de 2025, às 10:00 horas. Paulino Neves/MA, 01 de outubro de 2025. **Myrlla Cunha Gomes**, Agente de Contratação. Prefeitura Municipal de Paulino Neves- MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES – MA

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056.04/2026.01. A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES/MA, por intermédio da Agente de Contratação, torna público que realizará licitação na Modalidade Concorrência Eletrônica, na forma da Lei 14.133/2021, do tipo **Menor Preço Global**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA VISANDO A CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA DE EVENTOS E A PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES DE SUAS VIAS DE ACESSO NO MUNICÍPIO DE PAULINO NEVES-MA**, com o valor **RS 1.522.357,77 (Um milhão, quinhentos e vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e sete centavos)** em conformidade com as especificações e as quantidades constantes no Edital e Projeto básico (Anexo I) ser realizada em: **15/05/2026, às 14:30hs**, através do Portal de Compras: <https://www.licitacaopaulinoneves.com>. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no site: <https://www.licitacaopaulinoneves.com>, <https://transparencia.paulinoneves.ma.gov.br/acesso/informacao/licitacao/tcc> e na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Boa Esperança, bem como, poderão ser solicitados através do e-mail: licitacaoplpn@gmail.com. Paulino Neves/MA, 27 de abril de 2026. **Myrlla Gomes**, Agente de Contratação. Paulino Neves/MA

TUFILÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026. PROCESSO ADM. Nº 17/2026. A Prefeitura Municipal de Tufilândia/MA, CNPJ: 01.612.631/0001-24, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 20 de maio de 2026, às 09:00hs (nove horas), licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, objetivando a contratação de empresa especializada para a construção de uma escola com 06 salas de aula, na Vila Aldenora sede município de Tufilândia/MA, padrão FNDE, através do termo de compromisso/convenção nº 169980 - 22681, conforme detalhamentos constantes no Anexo I – Projeto básico, em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET através do site <https://app-compras.licitatufilandiama.com.br/login/?disconnect=true>. Com fundamentação na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados por intermédio de sistema eletrônico, qual seja <https://app-compras.licitatufilandiama.com.br/login/?disconnect=true>; ou Portal da Transparência do Município ou poderá ser solicitado através do e-mail prefeituratufilandia@gmail.com ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Tufilândia/MA, 28 de abril de 2026. **Henrique Emanuel Ricardo Santos**, Prefeito Municipal.

TUFILÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2026. PROCESSO ADM. Nº 19/2026. A Prefeitura Municipal de Tufilândia/MA, CNPJ: 01.612.631/0001-24, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 16 de maio de 2026, às 10:00hs, Licitação, na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, objetivando o Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em impressoras e recarga de toners e cartuchos, atendendo as necessidades da Prefeitura Municipal de Tufilândia - MA, conforme detalhamentos constantes no Anexo I – Tremo de Referência, em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET através do site <https://app-compras.licitatufilandiama.com.br/login/?disconnect=true>. Com fundamentação na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados por intermédio de sistema eletrônico, qual seja <https://app-compras.licitatufilandiama.com.br/login/?disconnect=true>; ou Portal da Transparência do Município ou poderá ser solicitado através do e-mail prefeituratufilandia@gmail.com ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Tufilândia/MA, 28 de abril de 2026. **Henrique Emanuel Ricardo Santos**, Prefeito Municipal.

TUFILÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026. PROCESSO ADM. Nº 18/2026. A Prefeitura Municipal de Tufilândia/MA, CNPJ: 01.612.631/0001-24, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 20 de maio de 2026, às 10:00hs (dez horas), licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, objetivando a contratação de empresa especializada para a construção de unidades habitacionais no município de Tufilândia/MA, através do número da proposta novo PAC – seleção nº 56000005058/2025, conforme detalhamentos constantes no Anexo I – Projeto básico, em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET através do site <https://app-compras.licitatufilandiama.com.br/login/?disconnect=true>. Com fundamentação na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados por intermédio de sistema eletrônico, qual seja <https://app-compras.licitatufilandiama.com.br/login/?disconnect=true>; ou Portal da Transparência do Município ou poderá ser solicitado através do e-mail prefeituratufilandia@gmail.com ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Tufilândia/MA, 28 de abril de 2026. **Henrique Emanuel Ricardo Santos**, Prefeito Municipal.

TUFILÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 11/2026. PROCESSO ADM. Nº 20/2026. A Prefeitura Municipal de Tufilândia/MA, CNPJ: 01.612.631/0001-24, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 16 de maio de 2026, às 11:00hs, Licitação, na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, objetivando o Registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) e Água Mineral para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Tufilândia – MA, conforme detalhamentos constantes no Anexo I – Tremo de Referência, em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET através do site <https://app-compras.licitatufilandiama.com.br/login/?disconnect=true>. Com fundamentação na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados por intermédio de sistema eletrônico, qual seja <https://app-compras.licitatufilandiama.com.br/login/?disconnect=true>; ou Portal da Transparência do Município ou poderá ser solicitado através do e-mail prefeituratufilandia@gmail.com ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Tufilândia/MA, 28 de abril de 2026. **Henrique Emanuel Ricardo Santos**, Prefeito Municipal.

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURIACU

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026

A Prefeitura Municipal de Turiacu – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gases medicinais e equipamentos correlatos, destinados ao atendimento das unidades integrantes da rede pública municipal de saúde do Município de Turiacu/MA. A sessão será realizada através do Portal Bolsa Nacional de Compras, pelo endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>, com data de abertura agendada para 13 de maio de 2026 às 09:00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.turiacu.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Bolsa Nacional de Compras, <https://bnc.org.br/> e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Turiacu - MA, 29 de abril de 2026
Ramone Luciano Santos Araújo Lopes
Secretária Municipal de Saúde

São Luis, quarta-feira, 29 de abril de 2026

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAARI-MA

Arari

Nº 08/2026
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2026

A Prefeitura Municipal de Arari - MA através da secretaria Municipal de Administração e Gestão Financeira, acolhendo o parecer jurídico administrativo emitido pelo INEXIGIBIL, a licitação, portanto, ADJUDICA e HOMOLOGA com fundamento no Art. 74, III da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATAÇÃO da empresa abako relacionada, através de contratação de serviços advocatícios necessários ao ajustamento de demanda judicial em benefício deste Município, tendo por objetivo o reequacionamento do índice para a título de FPM (Fundo de Participação dos Municípios). **CAMILA RODRIGUES DA SILVA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, CNPJ: nº 45.656.426/0001-36, com sede na AV DR. Theomario Pinto Da Costa, Chapad, Manaus - AM, CEP. 69.050-055, decorrente neste Processo de Inexigibilidade de Licitação no valor de R\$ 20,20 (vinte centavos) para cada R\$ 1,00 (um real) de benefício econômico efetivamente auferido pelo Município em decorrência de decisões judiciais ou administrativas favoráveis, a partir do primeiro repasse recebido após a decisão judicial, o pagamento dos honorários estará condicionado à comprovação da efetiva entrada das receitas nos cofres do Município.

Arari - MA, 28 de abril de 2026.

Joelson de Jesus Costa Silva
Secretário Municipal de Administração e Gestão Financeira

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAARI-MA

Arari

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Registro de Preços para eventual Contratação de empresa para fornecimento kit escolar para atendimento dos alunos da rede municipal de ensino de Arari - MA. CONTRATO Nº 04/2026; PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2026; PREGÃO ELETRÔNICO EM SRP Nº 064/2026; PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CNPJ Nº 30.939.625/0001-84 e a empresa J E C DA COSTA NETO-ME, inscrita no CNPJ: 17.212.365/0001-82. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decreto Municipal nº 10/2024 e Lei Complementar nº 123/2006 com suas alterações e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 28 de Abril de 2027. VALOR DO CONTRATO: R\$ 498.746,24 (quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos). FORO: Comarca de Arari/MA. DATA DA ASSINATURA: 28 de Abril de 2026. ASSINATURAS: Agnaldo de Jesus Ferreira Fernandes, (CONTRATANTE) e Jose Edvaldo Carvalho Da Costa Neto (DETENTOR DO CONTRATO). Arari/MA, 28 de Abril de 2026 - **Agnaldo de Jesus Ferreira Fernandes**, / Secretário Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBINHA/MA
CONTRATADA POR UMA EMPRESA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 003/2026 - Art. 28, Inciso II da Lei nº 14.133/2021. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBINHA/MA, torna pública para conhecimento dos interessados, o EDITAL do Processo Administrativo nº 211772.022/2026. MODALIDADE: Concorrência, na forma ELETRÔNICA, no Regime de Execução: MENOR PREÇO GLOBAL. OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação especializada de engenharia para os serviços de manutenção de logradouros públicos, Satubinha/MA, em conformidade com as quantidades e especificações contidas no Anexo I - Projeto Básico/Especificações. RECLUSO: Próprio BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 2021 e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Art. 176, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei 14.133/21. RETIRADA DO EDITAL E SEUS ANEXOS: Poderá ser feita nos sites eletrônicos: www.satubinha.ma.gov.br e ou https://portaldecopmcompressatubinha.com.br, e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). É necessário fazer download do Edital ABERTURA DA SESSÃO: Dia 20/05/2026 às 10h (dez horas), através do site eletrônico: https://portaldecopmcompressatubinha.com.br. **Antônio Carlos Campos Gomes** - Equipe de Apoio das Licitações e Contratações. Satubinha/MA, 27 de abril de 2026.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAARI-MA

Arari

OBJETO: Registro de preços para a contratação de empresa especializada para a realização de reformas de 12 unidades básica de saúde - UBS tipo I no município de Arari/MA. CONTRATO Nº 059/2026; CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026; PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026; PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 97.552.407/0001-63 e a empresa TRANSPAMA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 12.115.978/0001-88. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decreto Municipal nº 10/2024 e Lei Complementar nº 123/2006 com suas alterações e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 23 de Abril de 2027. VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.343.429,34 (um milhão, trezentos e quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e nove reais e trinta e quatro centavos). FORO: Comarca de Arari/MA. DATA DA ASSINATURA: 23 de Abril de 2026. ASSINATURAS: Thiago Martins Santos, (CONTRATANTE) e Jacy Araújo Cananeia Junior (DETENTOR DO CONTRATO). Arari/MA, 28 de Abril de 2026 - **Thiago Martins Santos**, / Secretário Municipal de Saúde.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAARI-MA

Arari

ERRATA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2026
PROCESSO Nº 061/2025; PREGÃO ELETRÔNICO EM SRP Nº 011/2025

Errata, venho por meio desta informar que onde se lê: - Agnaldo de Jesus Ferreira Fernandes, / Secretário Municipal de Administração e Gestão Financeira. Le-se: - Agnaldo de Jesus Ferreira Fernandes, / Secretário Municipal de Educação. A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; e Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. O Edital poderá ser consultado pelo site da Prefeitura de Arari/MA: licitaararima.com.br. E informações pelo e-mail: licitacaorari@gmail.com.

Arari - MA, 28 de abril de 2026

Aldair Sousa Fernandes
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBINHA/MA
CONTRATADA POR UMA EMPRESA

AVISO DE LICITAÇÃO - Contratação de Bens e Serviços Comuns

AVISO DE LICITAÇÃO. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBINHA/MA, torna pública para conhecimento dos interessados, o EDITAL do PREGÃO ELETRÔNICO nº 4/2026 - Lei 14.133/2021, Art. 28, Inciso I. OBJETO: Contratação especializada nos serviços de realização de procedimentos cirúrgicos oftalmológicos, nos tipos catarata (com lente intraocular) e pterígio, incluindo consultas pré-operatórias, exames necessários, atos cirúrgicos, materiais e insumos específicos, equipe médica habilitada e acompanhamento pós-operatório, visando atender usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Satubinha/MA, em conformidade com as quantidades e especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/21, e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. Informações Complementares: Art. 176, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei 14.133/21. RETIRADA DO EDITAL E SEUS ANEXOS: Poderá ser feita nos sites eletrônicos: www.satubinha.ma.gov.br e ou https://portaldecopmcompressatubinha.com.br, e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). É necessário fazer download do Edital ABERTURA DA SESSÃO: Dia: 18/05/2026 às 10h (dez horas), através do site eletrônico: https://portaldecopmcompressatubinha.com.br. **Antônio Carlos Campos Gomes** - Equipe de Apoio das Licitações e Contratações. Satubinha/MA, 27 de abril de 2026.

Itaqui Geração de Energia S.A.
CNPJ Nº 08.219.477/0001-74

A nova redação do art. 289, I e II, da Lei nº 6.404/76 cria uma forma especial para a publicação das demonstrações financeiras resumidas em jornais impressos, possibilitando que a companhia publique de maneira desagregada os valores dos grupos de contas individualmente relevantes e de maneira agregada valores de grupos de conta individualmente pouco relevantes. Para evitar quaisquer dúvidas dos leitores das demonstrações financeiras resumidas, destacamos os seguintes aspectos: 1) Aviso: As demonstrações financeiras resumidas não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2) As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://ri.nveva.com.br/informacoes-financieras/informacoes-sobre-controladas/ b) https://oimparcial.com.br/publicidade-legal/ O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. em 17 de abril de 2026, sem modificações.

Demonstrações dos resultados		Balanço patrimonial	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)		Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)	
	2025	2024	
Receita operacional líquida	693.612	595.592	Ativo Circulante
Custo operacional	(596.894)	(393.916)	Caixa e equivalentes de caixa
Lucro bruto	96.718	201.676	Títulos e valores mobiliários
Despesas/Receitas operacionais	(16.181)	(21.962)	Contas a receber
Outras receitas/(despesas) operacionais	(75)	(615.336)	Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro	80.462	(335.622)	Outros
Resultado financeiro	23.233	10.673	Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar
Receitas financeiras	(63.481)	(72.244)	Outros
Despesas financeiras	40.244	(397.193)	Não circulante
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	40.212	(397.193)	Outros
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro	(3)	(5.228)	Ativo não circulante
Corrente	(14.230)	157.120	Ativo não circulante
Diferido	25.981	(245.301)	Ativo não circulante
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	25.981	(245.301)	Ativo não circulante

Demonstrações dos resultados abrangentes		Balanço patrimonial	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)		Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)	
	2025	2024	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	25.981	(245.301)	Ativo Circulante
Outros resultados abrangentes			Caixa e equivalentes de caixa
Total do resultado abrangente do exercício	25.981	(245.301)	Títulos e valores mobiliários

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	
1. Contexto Operacional: A Itaqui Geração de Energia S.A. ("UTE Porto de Itaqui" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e possui autorização para operação de uma usina termoeletrétrica ("UTE") a carvão mineral instalada no Distrito Industrial de São Luis nas proximidades do Porto de Itaqui, localizado no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de geração de 360 MW, com prazo de 35 (trinta e cinco) anos, conforme Portaria nº 177, de 12 de maio de 2008, do Ministério de Minas e Energia. No dia 08 de dezembro de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") aprovou a postergação da data de término dos suprimentos dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulado ("CCERs") da UTE Porto de Itaqui, passando a vigorar a vigência dos CCERs para 21 de dezembro de 2027 e outra para 03 de maio de 2044. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS) e os padrões contábeis emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC) (Interpretations) ou pelo seu órgão acessório, Standing Interpretations Committee (SIC) (Interpretations) e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente as, às quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais pressupostos e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3 - "Estimativas e julgamentos contábeis críticos". A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 17 de abril de 2026. Declaração de continuidade: A Administração avaliou a capacidade da Companhia e em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Políticas contábeis: As políticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias as notas a elas se referem. Mudanças nas estimativas contábeis: As estimativas contábeis emitidas pelo IASB e o CPC emitem revisões das normas existentes aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2025. Outras normas também entram em vigor na mesma data, mas não identificamos impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia. As principais alterações avaliadas foram: IFRS 18 - Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras: A IFRS 18 estabelece novos requerimentos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, com o objetivo de proporcionar a comparabilidade entre entidades e fornecer informações mais relevantes e fiéis sobre ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. A norma será de adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2027, não sendo prevista a adoção antecipada pela Companhia. Embora não altere critérios de reconhecimento ou mensuração, a IFRS 18 introduz mudanças significativas na estrutura das demonstrações financeiras, alinhadas a nova classificação de receitas e despesas, novas subcategorias obrigatórias na demonstração do resultado, novos princípios de agregação e desagregação, além de ajustes na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa e de novas exigências de divulgação relacionadas às medidas de desempenho definidas pela Administração. Durante o exercício de 2025, a Companhia concluiu um trabalho abrangente para avaliar os impactos decorrentes da adoção da IFRS 18. As principais atividades incluídas foram: Capacitação de diversas áreas internas: por meio de treinamentos específicos sobre os novos requerimentos da norma; Análise dos potenciais impactos em cláusulas contratuais, especialmente aquelas relacionadas a indicadores financeiros; Mapeamento de impactos contábeis e operacionais, com identificação de ajustes necessários; Criação de novas contagens contábeis alinhadas à estrutura de apresentação exigida pela norma. Ao longo de 2026, a Companhia dará continuidade ao processo de implementação, com foco na adequação da estrutura do ERP SAP para suportar os novos critérios de apresentação e divulgação. O projeto contempla ajustes sistêmicos, revisões de processos internos e validações de consistência para garantir conformidade plena com a nova norma a partir de sua vigência obrigatória. Reforma Tributária: A Reforma Tributária sobre o Consumo, aprovada pela Emenda Constitucional nº 132/23, foi promulgada, alterando a forma estrutural o modelo de tributação no Brasil. O novo sistema substituirá gradualmente o ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI pela Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pelo Imposto Seletivo (IS). O objetivo central é simplificar o sistema, reduzir a cumulatividade e aumentar a neutralidade tributária. A transição teve início em 2026, com consolidação completa prevista para 2033. A nova classificação, haverá o duplo impacto de redução de custos e benefícios fiscais estaduais, após sua extinção em 2032. Durante esse período, coexistirão tributos antigos e novos, exigindo contornos adicionais e ajustes de contabilização. Ainda permanecem pendentes definições relativas às regras específicas de operacionalização e as alíquotas finais dos novos tributos. Estima-se que a carga combinada da CBS e do IBS possa alcançar até 28%, enquanto o IS terá alíquota máxima de 0,25% para carvão mineral e para o gás natural, exceto quando destinado a insumo industrial ou matéria-prima. Foi instituída nova sistemática de crédito, permitindo a ampla possibilidade de aproveitamento dos créditos tributários, eliminando limitações anteriormente existentes que resultavam em acumulo sem possibilidade de compensação. Além disso, houve alteração na forma de recolhimento, o qual poderá impactar o ciclo de pagamentos e recebimentos. Ao longo de 2025, com objetivo de assegurar conformidade e adequada adaptação às novas regras fiscais, a Companhia avançou de forma significativa no processo de preparação, conduzindo análises detalhadas dos impactos sobre os negócios, adequações de sistemas, além de programas contínuos de treinamento e capacitação das equipes envolvidas. Essa abordagem fortalece a governança corporativa e contribui para o alinhamento de práticas e processos, permitindo que a Companhia opere de forma eficiente e segura no novo ambiente tributário. 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As informações sobre estimativa e julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (i) Provisão para contingências - nota explicativa 13; (ii) Tributos diferidos - nota explicativa 16; (iii) Vida útil imobilizado - nota explicativa 11; (iv) Avaliação de recuperabilidade de ativos - nota 14. Receitas operacionais: Política contábil: A receita contábil compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita apresentada é a líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos. A receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto for transferido para o cliente. A conciliação entre a receita	

Demonstrações dos fluxos de caixa		Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)		Capital Social Integralizado	
	2025	2024	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	40.214	(397.193)	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			Incentivo fiscal Sudele
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	314.787	384.923	Transações com acionistas
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos nas atividades de investimentos	(42.945)	(34.342)	Dividendos adicionais exercício 2023
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos nas atividades de financiamento	(191.368)	(301.938)	Dividendos intermediários
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	80.474	48.643	Prejuízo líquido do exercício
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			Reversão de reserva legal
No início do exercício	77.863	29.220	Reversão de reserva de lucros
No fim do exercício	158.337	77.863	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	80.474	48.643	Saldo em 31 de dezembro de 2025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Enva administrado pelo Banco Itaú. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo está composto principalmente por operações compradas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável. Essas operações possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

7. Títulos e valores mobiliários: Política contábil: Referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes. A Companhia, historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, por isso são registrados inicialmente pelos valores de transação e, posteriormente, atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As atualizações das aplicações financeiras são realizadas pela Companhia apresentadas no grupo do Resultado Financeiro, na demonstração de resultados.

a. Os papéis dos fundos de investimento classificados como títulos e valores mobiliários possuem vencimentos que ocorrerão entre 2026 e 2030 com liquidez diária e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como títulos de renda fixa, títulos públicos, dentre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Além disso, a Companhia realiza uma análise individual por cliente (FIC), administrados pelo Banco Itaú, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direções, retornos variáveis decorrentes de seu desenvolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos de seus ativos. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dependendo de clientes da Companhia correspondem aos valores fatorados e provisionados pela venda de energia elétrica no curso normal das suas atividades. Inicialmente, o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado, ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada (PCE).

8. Ambiente de contratação regulada (ACR) 2025 2024
Ambiente de contratação regulada (ACR) 114.447 71.205
Ambiente de contratação livre (ACL) 232 31
114.679 71.236

O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos multilaterais de negociação e distribuição de seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de Câmara de compensação multilateral e centralizada. As operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Dessa forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas. O mercado de contratação livre de energia conta com outros formas de mitigação do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguros financeiros e fiscais adotados do que sua rejeição. 11. Imobilizado: Política contábil: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo, podendo conter: (i) O custo de material e mão de obra direta; (ii) Quaisquer outros custos para colocar o ativo em operação e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; (iii) Custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados; e Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (ganhos) pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Estimativas e julgamentos: Depreciação: A depreciação inclui

Ativo e Passivo		Resultado	
31/12/2025		31/12/2025	
	2025		2024
IRPJ/CSLL	180.141	IRPJ/CSLL	180.146
Base de cálculo	(13)	Base de cálculo	(13)
Resultado	180.128	Resultado	180.133

Expectativa de impacto anual dos tributos diferidos	
2025	2024
81.387	104.063

Incertezas tributárias: A Companhia é parte em processo administrativo relacionado à glosa de prejuízos fiscais de IRPJ e CSLL decorrentes de despesas com contrato de hedge. O referido processo encontra-se classificado como perda possível no montante de R\$ 195.000. A Administração entende que é mais provável a aceitação dos prejuízos fiscais adotados do que sua rejeição. 11. Imobilizado: Política contábil: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo, podendo conter: (i) O custo de material e mão de obra direta; (ii) Quaisquer outros custos para colocar o ativo em operação e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; (iii) Custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados; e Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (ganhos) pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Estimativas e julgamentos: Depreciação: A depreciação inclui

Composição dos saldos	
2025	
Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benefícios
4.428	4.428

Composição dos saldos	
2024	
Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benefícios
4.428	4.428

Composição dos saldos	
2025	
Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benefícios
4.428	4.428

Composição dos saldos	
2024	
Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benefícios
4.428	4.428

Composição dos saldos	
2025	
Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benefícios
4.428	4.428

Composição dos saldos	
2024	
Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benefícios
4.428	4.428

Composição dos saldos	
2025	
Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benefícios
4.428	4.428

Composição dos saldos	
2024	
Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benefícios
4.428	4.428

Composição dos saldos	
2025	
Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benefícios
4.428	4.428

Composição dos saldos	
2024	
Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benefícios
4.428	4.428

Composição dos saldos	
2025	
Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benefícios
4.428	4.428

Composição dos saldos	
2024	
Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benefícios
4.428	4.428

Composição dos saldos	
2025	
Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benefícios
4.428	4.428

Composição dos saldos	
2024	
Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benefícios
4.428	4.428

Composição dos saldos	
2025	
Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benefícios
4.428	4.428

Composição dos saldos	
2024	
Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benefícios
4.428	4.428

Composição dos saldos	
2025	
Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benefícios
4.428	4.428

Composição dos saldos	
2024	
Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benefícios
4.428	4.428

São Luís, quarta-feira, 29 de abril de 2026

FUTEBOL MARANHENSE

6 técnicos demitidos em apenas 4 meses

Francisco Diá (Sampaio Corrêa) foi mais um dispensado. Depois do MAC na semana passada, Imperatriz e IAPE também mudaram de técnico

NERES PINTO

Quando um time de futebol não apresenta bons resultados, as cobranças das torcidas são muitas, mas em maior contundência aos treinadores. Por isso, pressionados, os dirigentes, na maioria das vezes, buscam uma solução rápida, exatamente na demissão destes profissionais. No estado do Maranhão não é diferente do resto do país. As fracas campanhas que vêm desenvolvendo os cinco clubes participantes das competições promovidas pela CBF, culminaram, nas últimas horas, com a dispensa de três treinadores.

Francisco Diá

Pressionado por torcedores após a derrota (1 a 0) do Sampaio Corrêa para o Parnahyba no último domingo, o presidente do Sampaio Corrêa dispensou Francisco Diá na manhã desta terça-feira. Ele dirigiu o clube apenas

três vezes, empatou duas e perdeu uma, o suficiente para sua liberação. Um dos argumentos da cobrança de melhores resultados, decorre do baixo rendimento do setor de ataque, até o momento sem fazer nenhum gol na competição. Interinamente, assume Arlindo Maracanã, que vinha trabalhando na mesma função no comando da equipe de futebol feminino.



Conforme O Imparcial divulgou em sua edição de ontem, o Imperatriz também liberou Marlon Cutrim. Já no final da tarde, Wallace Lemos foi dis-

pensado da equipe do IAPE. O clube colorado da região tocantina agiu rápido e contratou Marcinho Guerreiro, ex-MAC. O Canarinho, até o início da tarde, não havia informado o substituto de Lemos.



Veja como foi a dança dos técnicos

As mudanças no comando técnico do futebol maranhense neste início de temporada, começaram com Jairo Nascimento deixando o Moto Club no dia 22 de janeiro, sendo substituído por Fernando Tonet. Depois, o Imperatriz demitiu Sílvio Criciúma, no dia 26 de janeiro. Para seu lugar foi chamado Marlon Cutrim, que teve como melhor resultado a permanência do Cavalo de Aço na Série A, após a disputa de um playoff com o Tuntum.

Marcinho Guerreiro, deverá assumir na noite desta quarta-feira, quando o time maranhense, já desclassificado da Copa do Nordeste, vai apenas cumprir tabela contra a Jacuipense, em Feira de Santana-BA, às 21h30. No entanto, apesar da posição que ocupa na competição, é provável que Marcinho utilize todos os titulares, pelo menos no segundo tempo.

Ao anunciar a contratação de Marcinho, o Imperatriz destacou: "Com três títulos maranhenses conquistados e três acessos à Série C do Campeonato Brasileiro, sendo um deles pelo nosso Cavalo, em 2018, Guerreiro chega para comandar o Mais Querido da região

Tocantina pela segunda vez". Na Série D do Brasileiro, o Imperatriz só voltará a jogar no dia 4 de maio, às 20h, contra o Trem, em Macapá.

Recorde negativo

Quando Francisco Diá chegou a São Luís, grande parte da torcida concordou com sua contratação. Afinal, na sua passagem anterior, em 2017, ele teve um trabalho que se destacou com a conquista do Campeonato Maranhense, além de ter participado da campanha do acesso da equipe da Série C para a Série B do Brasileiro. Os primeiros resultados, porém, foram totalmente fora das expectativas.

O Tricolor só sofreu 1 gol em três jogos, mas seu ataque é o pior de toda a competição nacional, sendo o único que ainda não balançou as redes adversárias em todas as divisões do Campeonato Brasileiro. Até ontem à tarde, o clube não havia se manifestado se continuará com Arlindo, sendo mais provável que anuncie o novo nome ainda hoje.



Marlon Cutrim foi desligado do Imperatriz na última segunda-feira

O novo treinador do Cavalo de Aço,

Caiu o técnico do Voltaço

O Maranhão Atlético Clube, que disputa a Série C, dispensou Marcinho Guerreiro e contratou Jerson Testoni no último dia 16, também foi o responsável pela queda de mais um treinador.

Ontem, pela manhã, o Volta Redonda anunciou a saída de William De Mattia. A passagem do treinador durou apenas 42 dias, logo após a conquista do Campeonato Sergipano, mas vinha com três derrotas em quatro jogos.

MAC x Ceará

Na noite desta quarta-feira, às 21h30, no Castelão, o Maranhão é mais um clube do estado a jogar só para cumprir tabela.



O Quadricolor tem apenas 1 ponto e ocupa a lanterna do Grupo D, tendo a defesa mais vazada com 11 gols. O Ceará, com 7 pontos, precisa da vitória para buscar a classificação no grupo C.

MEGALÕES EDITAL DE LEILÃO ON-LINE
Fernando José Cereilo Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo BANCO BRADESCO S/A, inscrita no CNPJ sob nº 06.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infradados, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: Esperantinópolis-MA, Bairro Povoador Baixo Escuro. Área rural com 31,2500ha, denominada Fazenda Gente Boa. ÁREA RURAL. CAR nº: MA-21040308-AC-328580554628E96444C9349E. Matr. 3.189 do RI local. Obs: (i) Compete exclusivamente ao arrematante, providenciar as suas despesas, todas e quaisquer regulatórias físicas e documentais do imóvel, perante os órgãos competentes; (ii) Georreferenciamento e demarcação física do imóvel; (iii) Verificar a existência de servidão legal, adotando as medidas judiciais ou extrajudiciais que venham a ser necessárias, incluindo ajustes em geral com os confrontantes e retificação dos registros, se for o caso; (iv) Regularizar eventuais escrituras verificadas no local e não averbadas no RI ou providenciar a averbção de eventual demarcação; (v) Cadastro Ambiental (CAR) e Certificado de cadastro de imóvel rural (CCIR); (vi) Aferir a venda trata-se apenas da propriedade rural. Caso existam bens semovientes (animais) no imóvel, estes não farão parte da venda; (vii) Consta averbação de penhor rural na AV-02 da cidade matricada, que será baseada pelo vendedor, sem prazo determinado; (viii) Ocupada (9) 1ª Etapa: 13/05/2026, às 15:00h. Lançamento mínimo: R\$ 450.000,00. 2ª Etapa: 15/05/2026, às 15:00h. Lançamento mínimo: R\$ 348.583,17. Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma www.megaloes.com.br. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fidejussor será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97, indico pelo 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.braDESCO.com.br e www.megaloes.com.br. Para mais informações: tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cereilo Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

MEGALÕES EDITAL DE LEILÃO ON-LINE
Fernando José Cereilo Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo BANCO BRADESCO S/A, inscrita no CNPJ sob nº 06.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infradados, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: São Nova-MA, Bairro Zona Rural. Uma gleba de terra com 32,6300ha, denominada Fazenda Estância das Flores da data "Três Semper", desmembrada de área maior denominada Gléba Retiro. ÁREA RURAL. CAR nº: MA-2111305-0923625924E755480673407ADDFE. Matr. 2.399 do RI local. Obs: (i) Compete exclusivamente ao arrematante, providenciar as suas despesas, todas e quaisquer regulatórias físicas e documentais do imóvel, perante os órgãos competentes; (ii) Georreferenciamento e demarcação física do imóvel; (iii) Verificar a existência de servidão legal, adotando as medidas judiciais ou extrajudiciais que venham a ser necessárias, incluindo ajustes em geral com os confrontantes e retificação dos registros, se for o caso; (iv) Regularizar eventuais escrituras verificadas no local e não averbadas no RI ou providenciar a averbção de eventual demarcação; (v) Cadastro Ambiental (CAR) e Certificado de cadastro de imóvel rural (CCIR); (vi) Aferir a venda trata-se apenas da propriedade rural. Caso existam bens semovientes (animais) no imóvel, estes não farão parte da venda; (vii) Consta notícia de penhor rural na AV-07 da cidade matricada, que será baseada pelo vendedor, sem prazo determinado; (viii) Ocupada (9) 1ª Etapa: 13/05/2026, às 15:00h. Lançamento mínimo: R\$ 450.000,00. 2ª Etapa: 15/05/2026, às 15:00h. Lançamento mínimo: R\$ 306.989,03. Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma www.megaloes.com.br. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fidejussor será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97, indico pelo 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.braDESCO.com.br e www.megaloes.com.br. Para mais informações: tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cereilo Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

COMUNICAÇÃO

ADM RENTAL SERVICE LTDA, inscrita no CNPJ No 44.749.543/0001-81 torna público que **REQUEREU** junto à Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA a Licença de Operação – LO para as atividades de Transporte rodoviário de produtos perigosos conforme Proc. N° 26040045105/2026 a ser localizado no estado do Maranhão.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O **RESTAURANTE SEU ZÉ LTDA**, Nome Fantasia **RESTAURANTE SEU ZÉ** sob o CNPJ 52.486.027/0001-30, Travessa Tv Carolina, Nº 114, Letra A Centro Porto Franco – MA, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, a Licença Ambiental Única – LAU, Número do processo: 26040032226/2026, para a atividade Restaurante Flutuante não navegável, no Rio Tocantins na Cidade de Porto Franco - Ma. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA Nº. 237/97, que dispõem sobre o Licenciamento Ambiental.

Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Governador Luiz Rocha - MA
AVISO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA: Nº 001/2026. Processo Administrativo nº 001/2026. A Prefeitura Municipal de Governador Luiz Rocha - MA, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando Chamada Pública, para credenciamento de grupos formais de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais ou suas organizações ou grupos informais de agricultores familiares ou fornecedores individuais da agricultura familiar interessadas em fornecer gêneros alimentícios, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para atendimento dos Alunos da Rede Pública de Ensino. Período e local para entrega dos envelopes: De 28 de abril de 2026 a partir das 08h00min até 20 de maio de 2026, às 09h:00min, na sede da Prefeitura nas dependências da Sala de reunião da CPL, na praça João Gonçalves, s/nº, Centro, Governador Luiz Rocha - MA. Data de Abertura dos envelopes: 20 de maio de 2026 às 09h:00min no endereço supra. Os editais e seus anexos estão à disposição dos interessados na Sala de reunião da CPL, na Prefeitura, situada à Praça João Gonçalves, s/nº, Centro, Governador Luiz Rocha - MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 às 12:00 horas e no portal do Município no endereço eletrônico <http://transparencia.governadorluizrocha.ma.gov.br/>, no PNCPI, no Site do Tribunal de contas do Estado do MA. Esclarecimento adicional no endereço supra, pelo endereço eletrônico pmgr.llicitacao@hotmail.com ou pelo telefone (99) 3561-1134.
Governador Luiz Rocha - MA, 28 de abril de 2026
Maria Ocilma Fernandes de Oliveira
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES - MA
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026.1 Processo Administrativo nº 015/2026 O Município de Guimarães/MA, torna público aos interessados que, com base as disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, que realizará às 10h00min (dez horas) do dia 14 de maio de 2026, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2026-SRP, do tipo menor preço por item, sob Sistema de Registro de Preços, tendo por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SELF-SERVICE, COFFEE-BREAK, QUENTINHAS, COQUETES, LANCHES E SALGADOS EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES/MA. A presente licitação será realizada através da plataforma <https://www.licitanet.com.br>. O Edital está disponibilizado, na íntegra, bem como os documentos que integram o Edital poderão ser consultados no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, www.guimaraes.ma.gov.br, no Portal Nacional de Compras Públicas no endereço eletrônico www.gov.br/pncpi, no Sinc-Contrata TCE/MA no endereço eletrônico <https://app.tce.ma.br/sinccontrata/mural/procedimento> e através de solicitação no e-mail: guimaraes.ma.cpl@gmail.com ou no setor de licitação da Prefeitura Municipal de Guimarães, situado na Rua Dr Urbano Santos, nº 214, Centro, Guimarães - MA, CEP: 65.255-000, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas). Guimarães/MA, 28 de abril de 2026. **Gisley Ribeiro Pimentel**, Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM FRANCA - MA
PREGÃO ELETRÔNICO 010/2026. Prefeitura do município de Passagem Franca - MA, torna público aos interessados que, com base nas disposições da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, que realizará às 09h00min (nove horas) do dia 15/05/2026, licitação na modalidade Pregão Eletrônico 010/2026 - SRP, do tipo menor preço, por lote, tendo por objeto, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PASSAGEM FRANCA-MA, para o exercício financeiro do corrente ano. A presente licitação será realizada através da plataforma www.licitapassagemfranca.com.br. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis de segunda a sexta das 08h00min às 12h00min por consulta na Sala da Comissão de Licitação, localizada na Praça Presidente Médici S/N ou por consulta no site <https://www.licitapassagemfranca.com.br> e www.tce.ma.gov.br, demais informações na CPL de Passagem-Franca, 28 de abril de 2026. **Tiago Pontes Sales** Agente de Contratação.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARAÍSO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026
O Município de São João do Paraíso - MA, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº. 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o Registro de preços para eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de gás GLP (botijões P-13 e P-45) e água mineral (garrafinhas de 20L, garrafas 500ml e copos de 200ml), de interesse desta Administração Pública. A sessão será realizada através do Portal de Licitações, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com data de abertura agendada para 13 de maio de 2026 às 09:30h. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br ou ainda pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCPI).
São João do Paraíso - MA, 28 de abril de 2026.
Enaida Rocha dos Santos
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 003/2025

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA
COMUNICADO
A Secretaria de Estado de Indústria e Comércio - SEINC inscrita no CNPJ 05.032.043/0001-72 torna público que **REQUEREU** junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, em 05.01.2026, a renovação da Licença de Operação do Distrito Industrial de São Luís - DISAL, situado na Rodovia BR 135, na Glebas Tibiri-Pedrinhas e Itaquá – Bacanga, no município de São Luís/MA, conforme dados constantes nos Processos nº 26010001062/2026 (SIGLA).
São Luís, 28 de abril de 2026
José Renato Marques Borralho Junior
Supervisor Administrativo

Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Graça Aranha - MA
Aviso de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Processo Administrativo nº 06.1304.0001/2026. OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de veículos com manutenção de peça em atendimento às necessidades do município, modalidade: Pregão. Forma: Eletrônica. Tipo: Menor Preço Por Lote. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. DATA DE ABERTURA: 15 de maio de 2026 às 09:00 horas. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site <https://www.comprasgracaaranha.com.br/> no dia e horário marcados. Os editais e seus anexos estão à disposição dos interessados na Sala de reunião da CPL, no prédio da Secretaria Municipal de Administração, na São Francisco, s/nº, Centro, Graça Aranha - MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 às 12:00 horas no portal do Município no endereço eletrônico <http://transparencia.gracaaranha.ma.gov.br/>. Esclarecimento adicional no endereço supra, pelo endereço eletrônico pmga.licitacao@hotmail.com ou pelo telefone (99) 3575-1117.
Graça Aranha/MA, 28 de abril de 2026
Antonio Wenner Guimarães Damasceno
Agente de Contratação

Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Graça Aranha - MA
Aviso de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Processo Administrativo nº 06.1304.0002/2026. OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para execução de serviços de pavimentação asfáltica no município de Graça Aranha. Modalidade: Pregão. Forma: Eletrônica. Tipo: Menor Preço Por Item. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. DATA DE ABERTURA: 15 de maio de 2026 às 14:00 horas. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site <https://www.comprasgracaaranha.com.br/> no dia e horário marcados. Os editais e seus anexos estão à disposição dos interessados na Sala de reunião da CPL, no prédio da Secretaria Municipal de Administração, na São Francisco, s/nº, Centro, Graça Aranha - MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 às 12:00 horas no portal do Município no endereço eletrônico <http://transparencia.gracaaranha.ma.gov.br/> no site <https://www.comprasgracaaranha.com.br/>. Esclarecimento adicional no endereço supra, pelo endereço eletrônico pmga.licitacao@hotmail.com ou pelo telefone (99) 3575-1117.
Graça Aranha/MA, 28 de abril de 2026
Antonio Wenner Guimarães Damasceno
Agente de Contratação

MANDE IN MARANHÃO

Festival Brisa Alternativa
na Feirinha São Luís

Evento reúne shows ao vivo, feira de discos e experiências culturais no coração da Ilha. Programação começa às 9h com discotecagem e segue com shows ao longo do dia

São Luís ganha uma nova experiência musical neste domingo (03). O festival Brisa Alternativa na Feirinha São Luís vai ocupar a Praça João Lisboa, no Centro Histórico da capital maranhense, com uma programação vibrante que reúne artistas da cena alternativa da cidade, feira de vinil, gastronomia, artesanato e exposições culturais.



Ao longo da manhã e da tarde, o público poderá vivenciar uma imersão na produção local, em um ambiente que celebra diversidade sonora,

convivência e a força criativa da cidade, tudo com acesso gratuito.

O Brisa Alternativa na Feirinha São Luís surge como uma proposta de valorização e fortalecimento da música autoral maranhense, reunindo artistas de diferentes gerações e estilos em um mesmo palco, no Centro Histórico da cidade. Integrado à programação da Feirinha São Luís, o evento é uma parceria entre a Feirinha São Luís e o selo musical maranhense Brisa Discos, e propõe uma experiência musical que destaca a diversidade sonora local, promovendo encontros simbólicos, afetivos e artísticos dentro do circuito independente.

A programação começa às 9h com discotecagem e segue com shows ao longo do dia, reunindo nomes que transitam entre MPB, música regional, rock e reggae, refletindo a pluralidade da produção cultural do estado.

Além dos shows, o público poderá conferir, das 10h às 15h, a Feira do Vinil, com venda de discos e raridades para colecionadores e apreciadores

de música. A Feirinha também contará com opções de gastronomia, produtos agroecológicos, artesanato e exposição de artes visuais, ampliando a experiência cultural oferecida ao público.

Com entrada gratuita, o festival tem como principal objetivo democratizar o acesso à música autoral, ampliando o conhecimento do público sobre a cena local e incentivando a circulação de artistas independentes. A iniciativa também busca contribuir para a ocupação cultural do Centro Histórico, estimular o comércio da região e reforçar a música como instrumento de identidade, memória e transformação social.

Programação

- 09h – DJ Alladin
- 10h – Josias Sobrinho
- 11h – Lucas Parreão e Rose Maranhão
- 12h – Klicia
- 13h – Víctor Cena
- 14h – Basttardz

OPORTUNIDADE

Inscrições para o edital
para programas
radiofônicos regionais
da EBC encerram quinta

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) lançou no início deste mês Edital de Chamada Pública com o objetivo de selecionar propostas de programas radiofônicos regionais para compor a programação das emissoras de rádio da EBC e das integrantes da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP). Confira o edital.

Podem participar do Edital de Chamada Pública as emissoras integrantes da RNCP. Também é permitida a inscrição de mais de uma proposta por proponente, desde que submetidas separadamente. As inscrições devem ser encaminhadas até 30 de abril, por meio do e-mail: radios@ebc.com.br.

Entre os focos dessa iniciativa estão a ampliação e a pluralidade na programação das emissoras; o fomento à produção independente e regional; o fortalecimento da integração entre as emissoras da RNCP; e a promoção de conteúdos de interesse público, com caráter educativo, cultural e informativo.

Avaliação das propostas
Após o período de submissão dos conteúdos, que devem seguir as orientações para cada veículo de acordo com o proposto no edital, os projetos serão analisados por uma comissão composta pelas equipes das rádios MEC e Nacional, além de representantes da Rede Nacional de Comunicação Pública, e aprovados pelo

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA-EMAP
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
LRE ELETRÔNICO Nº 006/2026 – EMAP

A EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA – EMAP, por intermédio da Pregoeira/EMAP, torna público aos interessados que procedeu alteração nos termos do edital da Licitação LRE ELETRÔNICA Nº 006/2026 – EMAP, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC) POR MEIO DE SIP TRUNK DE ALTA DISPONIBILIDADE, CONTEMPLANDO SUPORTE À NUMERAÇÃO (98) 3216-6000 A 3216-6099 E (98) 3216-6500 A 3216-6599, BEM COMO AO TELEFONE DE EMERGÊNCIA (98) 3231-7444, INCLUINDO PORTABILIDADE NUMÉRICA E GARANTIA DE CONTINUIDADE OPERACIONAL DURANTE TODO O PERÍODO CONTRATUAL.

1) A data da sessão pública da LRE ELETRÔNICO Nº 006/2026 – EMAP, em vista das alterações realizadas no Anexo II do Edital, fica marcada a sessão inaugural para às 09:30h, horário de Brasília-DF, do dia 26 de maio de 2026, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na EMAP nesta data.

2) A versão alterada do Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio www.portodoitacoqui.com, no link Transparência/Compras, podendo ainda ser solicitados pelo e-mail: csi@emap.ma.gov.br, durante os dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas. Fone: (98) 3216-6028/3216-6532 e 3216-6533.

São Luís/MA, 28 de abril de 2026.
Ciane Sozinho de Souza
Gerente de Compras e Contratos da EMAP

BARRA DO CORDA ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2026
Pregão Eletrônico 09/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 137/2024- Barra do Corda/MA.
EXTRATO DE TERMO ADITIVO. Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 57/2025 - Pregão Eletrônico 09/2024. CONTRATADA: INOVATTO VEICULOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 37.115.386/0001-97. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Saúde, CNPJ: 09.200.150/0001-13 e Fundo Municipal de Saúde CNPJ: 10.452.044/0001-06. Importa o presente termo aditivo a alteração da cláusula segunda do contrato nº 57/2025, alterando o alterando o prazo de vigência de 20 de março de 2025 a 20 de março de 2026, para 20 de março de 2025 a 20 de março de 2027. Barra do Corda (MA), 19 de março de 2026. ASS: OMAR TEODORO CURADO FLEURY. CARG: Secretário Municipal de Saúde/Barra do Corda - MA.

BARRA DO CORDA ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2026
Pregão Eletrônico 28/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 262/2025- Barra do Corda/MA.
EXTRATO DE TERMO ADITIVO. Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 234/2025 - Pregão Eletrônico 28/2025. CONTRATADO: J. A. S. CORDEIRO inscrito no CNPJ nº 11.665.694/0001-59. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Saúde, CNPJ: 09.200.150/0001-13 e Fundo Municipal de Saúde CNPJ: 10.452.044/0001-06. Importa o presente termo aditivo a alteração da cláusula primeira do contrato 234/2025, conforme previsto na cláusula décima quarta, alterando o valor inicial de R\$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos reais) para acréscimo de correspondente a aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do contrato global, no valor de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos). DATA: Barra do Corda (MA), 10 de abril de 2026. ASS: OMAR TEODORO CURADO FLEURY. CARG: Secretário Municipal de Saúde /Barra do Corda - MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROATÁ - MA

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026 – REGISTRO DE PREÇO - O Município de Coroatá - MA, torna público aos interessados que, com base na Lei nº 14.133/2021, fará realizar às 17h00min (dezenove horas) do dia 13 de maio de 2026, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 014/2026 – Registro de Preço do tipo menor preço por item, tendo por objeto a Futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços funerários incluindo o fornecimento de urnas, sob demandas em atendimento as necessidades do Município de Coroatá - MA. A presente licitação será realizada através da Plataforma LICITACORATA – <https://www.licitacorata.ma.gov.br/>. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis de segunda a sexta das 08h00min às 12h00min para consulta grátis, a Sala da Central de Licitação localizada na Praça Jose Sarney, Nº 159, Centro – Coroatá/MA bem como no endereço eletrônico <https://coroata.ma.gov.br/> e <https://www.licitacorata.ma.gov.br/>. Coroatá/MA, 29 de abril de 2026. Liliane Ferreira da Silva Franco - Secretária Municipal de Assistência Social.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APICUM-AÇU/MA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026-SRP, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022.01/2026. A Prefeitura Municipal de Apicum-Açu/MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, torna público que promoverá Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Sistema Registro de Preços, do tipo menor preço por item, modo de disputa aberto, em caráter de orçamento sigiloso, para execução indireta por empreitada por preço unitário, com participação exclusiva de ME/EPP nos itens que não ultrapassem o valor estimado de R\$ 80.000,00, e para os demais itens cota de 25% exclusivos para ME/EPP, tendo por objetivo o Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de pneus para atender as necessidades das secretarias municipais do município de Apicum-Açu/MA, conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 14.133/21, com fulcro no art. 187, fundamentada na Lei 14.770 de 22 de dezembro de 2023 e demais legislação correlata e Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Data de abertura: 12/05/2026 às 10:30h (Horário de Brasília). O Edital e seus anexos poderá ser examinado ou retirado no Portal de licitações www.portaldecomprasapicumacu.com.br, assim como no portal da transparência www.apicumacu.ma.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Os pedidos de esclarecimento e impugnações serão realizados na forma disposta no Edital. Apicum-Açu/MA, 24 de abril de 2026. Francisco Brito Lucena, Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROATÁ - MA

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 – REGISTRO DE PREÇO - O Município de Coroatá - MA, torna público aos interessados que, com base na Lei nº 14.133/2021, fará realizar às 09h00min (nove horas) do dia 13 de maio de 2026, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 012/2026 – Registro de Preços do tipo menor preço por item, tendo por objeto a REGISTRO DE PREÇO para Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços oftalmológicos, compreendendo a realização de consultas médicas, exames de acuidade visual com e sem correção, bem como o fornecimento de óculos, a serem executados em regime de mutirão, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Coroatá/MA. A presente licitação será realizada através da Plataforma LICITACORATA – <https://www.licitacorata.ma.gov.br/>. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis de segunda a sexta das 08h00min às 12h00min para consulta grátis, a Sala da Central de Licitação localizada na Praça Jose Sarney, Nº 159, Centro – Coroatá/MA bem como no endereço eletrônico <https://coroata.ma.gov.br/> e <https://www.licitacorata.ma.gov.br/>. Coroatá/MA, 28 de abril de 2026. FABIANA SILVA PEREIRA - Secretário Municipal de Educação.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APICUM-AÇU/MA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026-SRP, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023.01/2026. A Prefeitura Municipal de Apicum-Açu/MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, torna público que promoverá Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Sistema Registro de Preços, do tipo menor preço por item, modo de disputa aberto, em caráter de orçamento sigiloso, para execução indireta por empreitada por preço unitário, com participação exclusiva de ME/EPP nos itens que não ultrapassem o valor estimado de R\$ 80.000,00, e para os demais itens cota de 25% exclusivos para ME/EPP, tendo por objetivo o Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços gráficos para atender as necessidades das secretarias municipais do município de Apicum-Açu/MA, conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 14.133/21, com fulcro no art. 187, fundamentada na Lei 14.770 de 22 de dezembro de 2023 e demais legislação correlata e Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Data de abertura: 12/05/2026 às 14:30h (Horário de Brasília). O Edital e seus anexos poderá ser examinado ou retirado no Portal de licitações www.portaldecomprasapicumacu.com.br, assim como no portal da transparência www.apicumacu.ma.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Os pedidos de esclarecimento e impugnações serão realizados na forma disposta no Edital. Apicum-Açu/MA, 24 de abril de 2026. Francisco Brito Lucena, Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROATÁ - MA

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026 – REGISTRO DE PREÇO - O Município de Coroatá - MA, torna público aos interessados que, com base na Lei nº 14.133/2021, fará realizar às 14h00min (cartoze horas) do dia 13 de maio de 2026, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 013/2026 – Registro de Preço do tipo menor preço global, tendo por objeto a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE COROATÁ/MA, ESPECIFICAMENTE PARA SUPRIR O LOTE ANTERIORMENTE FRACASSADO. A presente licitação será realizada através da Plataforma LICITACORATA – <https://www.licitacorata.ma.gov.br/>. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis de segunda a sexta das 08h00min às 12h00min para consulta grátis, a Sala da Central de Licitação localizada na Praça Jose Sarney, Nº 159, Centro – Coroatá/MA bem como no endereço eletrônico <https://coroata.ma.gov.br/> e <https://www.licitacorata.ma.gov.br/>. Coroatá/MA, 29 de abril de 2026. SAMYA LIMA OLIVEIRA PINHEIRO - Secretária Municipal de Saúde.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APICUM-AÇU/MA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026-SRP, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022.01/2026. A Prefeitura Municipal de Apicum-Açu/MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, torna público que promoverá Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Sistema Registro de Preços, do tipo menor preço por item, modo de disputa aberto, em caráter de orçamento sigiloso, para execução indireta por empreitada por preço unitário, com participação exclusiva de ME/EPP nos itens que não ultrapassem o valor estimado de R\$ 80.000,00, e para os demais itens cota de 25% exclusivos para ME/EPP, tendo por objetivo o Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de kit enxoval para atender as necessidades da secretaria municipal de Assistência Social do município de Apicum-Açu/MA, conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 14.133/21, com fulcro no art. 187, fundamentada na Lei 14.770 de 22 de dezembro de 2023 e demais legislação correlata e Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Data de abertura: 12/05/2026 às 16:00h (Horário de Brasília). O Edital e seus anexos poderá ser examinado ou retirado no Portal de licitações www.portaldecomprasapicumacu.com.br, assim como no portal da transparência www.apicumacu.ma.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Os pedidos de esclarecimento e impugnações serão realizados na forma disposta no Edital. Apicum-Açu/MA, 24 de abril de 2026. Tamiões do Socorro da Silva, Secretária Municipal de Assistência Social.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APICUM-AÇU/MA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026-SRP, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012.02/2026. A Prefeitura Municipal de Apicum-Açu/MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Ciências e Tecnologia, torna público que promoverá Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Sistema Registro de Preços, do tipo menor preço por item, modo de disputa aberto, em caráter de orçamento sigiloso, para execução indireta por empreitada por preço unitário, com participação exclusiva de ME/EPP nos itens que não ultrapassem o valor estimado de R\$ 80.000,00, e para os demais itens cota de 25% exclusivos para ME/EPP, tendo por objetivo o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de móveis escolares com fornecimento parcelado e de acordo com a necessidade, para atender a Secretaria Municipal de Educação do município de Apicum-Açu/MA, conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 14.133/21, com fulcro no art. 187, fundamentada na Lei 14.770 de 22 de dezembro de 2023 e demais legislação correlata e Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Data de abertura: 12/05/2026 às 09:00h (Horário de Brasília). O Edital e seus anexos poderá ser examinado ou retirado no Portal de licitações www.portaldecomprasapicumacu.com.br, assim como no portal da transparência www.apicumacu.ma.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Os pedidos de esclarecimento e impugnações serão realizados na forma disposta no Edital. Apicum-Açu/MA, 24 de abril de 2026. Cristian Silva Carvalho, Secretário Municipal de Educação, Ciências e Tecnologia.

ESTADO DO MARANHÃO - MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90007/2026
Processo SEI nº 19.13.0051.0000476/2026-53

Objeto: Registro de preços para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de telefonia fixa Comutada (STFC), no modelo PABX em nuvem (100% digital), com tráfego ilimitado para ligações locais e nacionais, fixo-fixo e fixo-móvel, compreendendo os serviços de implantação, fornecimento, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte do sistema de gerenciamento e monitoramento e ainda a contratação de serviços de URA e aquisição de telefones IP, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Abertura: 15/05/2026, às 10h (dez horas) - horário de Brasília-DF. Local: www.compras.gov.br. Informações: Procuradoria-Geral de Justiça, situada à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820; e-mail: esclarecimentos@mpma.mp.br; Fones: (98) 3219-1645 e 3219-1766.

São Luís-MA, 28 de abril de 2026.
JOÃO CARLOS A. DE CARVALHO
Agente de Contratação - CPL - PGJ-MA

ABRIL

Alimentos e combustíveis elevam prévia da inflação

Entre os 9 grupos pesquisados, alimentação e bebidas e transportes foram os principais responsáveis pela alta. Um avançou 1,46%, com impacto de 0,31 ponto percentual

O aumento nos preços dos alimentos e dos combustíveis pressionou o custo de vida em abril e fez a prévia da inflação oficial encerrar o mês em 0,89%. O índice supera o registrado no mesmo período do ano anterior (0,44%) e é o maior desde fevereiro, quando havia alcançado 1,23%.

No acumulado de 12 meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) chegou a 4,37%, acima dos 3,9% observados até março. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entre os nove grupos pesquisados, alimentação e bebidas e transportes foram os principais responsáveis pela alta. O primeiro avançou 1,46%, com impacto de 0,31 ponto percentual, enquanto transportes subiu 1,34%, contribuindo com 0,27 ponto. Na sequência aparecem saúde e cuidados pessoais (0,93%), habitação (0,42%) e vestuário (0,76%).

Dentro do grupo alimentação, a



A MAIOR PRESSÃO SOBRE A INFLAÇÃO VEIO DOS PRODUTOS CONSUMIDOS EM CASA

maior pressão veio dos produtos consumidos em casa, que aceleraram de 1,10% em março para 1,77% em abril. Entre os itens com maiores altas estão cenoura (25,43%), cebola (16,54%), leite longa vida (16,33%), tomate (13,76%) e carnes (1,14%). Já a alimentação fora do domicílio registrou avanço de 0,70%, o dobro do observa-

do no mês anterior.

Segundo o economista-chefe da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Felipe Queiroz, a elevação dos preços dos alimentos está ligada ao período de entressafra. "A menor produção de alguns itens, como o leite, tem pressionado os preços", explica.

Óleo diesel registrou aumento ainda mais expressivo



No grupo transportes, o destaque ficou por conta dos combustíveis, que subiram 6,06% no mês. A gasolina teve alta de 6,23% e foi o item que mais influenciou o índice, com impacto de 0,32 ponto percentual. O óleo diesel registrou aumento ainda mais expressivo, de 16%, contribuindo com 0,04 ponto.

O cenário internacional também contribuiu para a alta. O conflito envolvendo Estados Unidos e Israel contra o Irã tem afetado o mercado global de petróleo, especialmente devido às tensões no Estreito de Ormuz, rota estratégica por onde escoam cerca de 20% da produção mundial de petróleo e gás. A instabilidade reduz a oferta e pressiona os preços internacionais, refletindo diretamente no valor dos

combustíveis no Brasil.

Mesmo sendo produtor de petróleo, o país sofre os efeitos dessas oscilações, já que os derivados são comercializados com base no mercado internacional. O governo federal tem adotado medidas para conter a alta, como isenções tributárias e subsídios, mas os impactos ainda são limitados.

De acordo com Queiroz, as ações adotadas ajudam a amenizar os efeitos, embora ainda de forma modesta. "São medidas importantes, mas com impacto ainda reduzido no curto prazo", avalia.

O IPCA-15 segue a mesma metodologia do IPCA, índice oficial que baliza a meta de inflação do governo, fixada em 3% ao ano, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para

mais ou para menos. Apesar da aceleração, o resultado permanece dentro desse intervalo. A principal diferença entre os dois indicadores está no período de coleta. No caso do IPCA-15, os preços são levantados antes do fim do mês de referência, nesta divulgação, entre 18 de março e 15 de abril.

Os índices consideram uma cesta de produtos e serviços consumidos por famílias com renda de um a 40 salários mínimos. Atualmente, o salário mínimo é de R\$ 1.621.

A coleta do IPCA-15 abrange 11 localidades, incluindo grandes regiões metropolitanas e capitais. Já o IPCA completo contempla 16 áreas. O resultado fechado da inflação de abril será divulgado no próximo dia 12 de maio.

OPORTUNIDADES

Com inscrições até 6 de maio, UFMA abre seletivo para professor substituto com 12 vagas

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por intermédio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), divulga a abertura do processo seletivo para professor substituto da UFMA. São oferecidas doze vagas, com reservas para ações afirmativas, para diversas áreas do conhecimento. As inscrições iniciaram na quinta-feira (23), e se estendem até o dia 6 de maio.

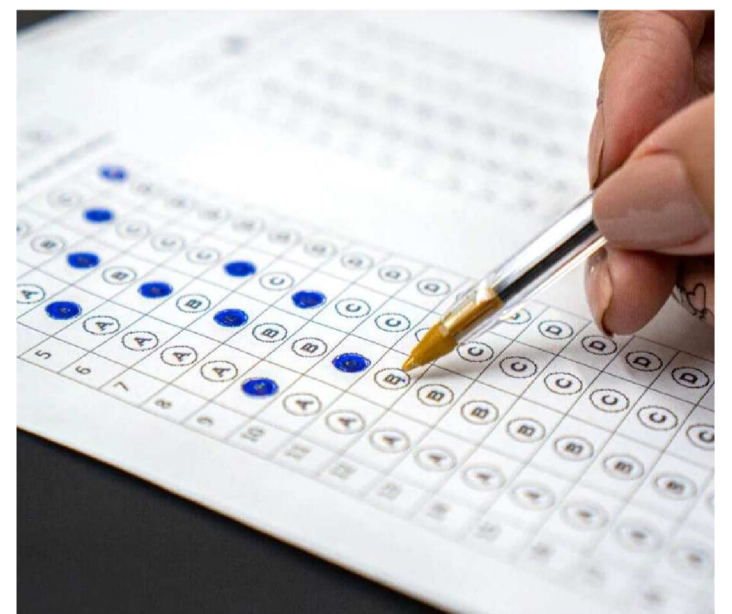


As inscrições devem ser realizadas exclusivamente no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) da UFMA no endereço eletrônico www.sigrh.ufma.br – Concursos – Concursos Abertos.

Confira as vagas ofertadas:

- Engenharia Elétrica / Computação
- Engenharia Elétrica / Ciências da Computação / Sistemas de Informação
- Terapia Intensiva
- Atenção Hospitalar
- Ciências da Saúde / Ginecologia e Obstetrícia
- Práticas Médicas V (Ginecologia e Obstetrícia / Eixo Integrador
- História / História Antiga e Medieval
- Assistência de Enfermagem em Múltiplos Cenários
- Teoria Macroeconômica
- Engenharia Agrícola / Engenharia de Água e Solo
- Ciências agrárias / Engenharia Agrícola
- Nutrição Animal e Gestão Rural
- *Processo seletivo*

O Processo Seletivo Simplificado constará de prova didática e de julgamento de títulos, realizadas na seguinte ordem: didática (caráter eliminatório e classificatório) e títulos (caráter classificatório).



O contrato de trabalho terá vigência por um período de 12 (doze) meses, com possibilidade de renovação por igual período, mediante manifestação de interesse da Subunidade Acadêmica.

SENADO FEDERAL

Aprovado cadastro de condenados por violência

Caberá à União gerenciar as informações que serão compartilhadas entre órgãos de segurança pública federais, estaduais e do Distrito Federal. Projeto segue para sanção

LUCIANO NASCIMENTO
AGÊNCIA BRASIL

O Senado aprovou nesta terça-feira (28) o projeto de Lei (PL) que cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher (CNVM). A matéria agora segue para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Pelo projeto, será criado um banco de dados com informações de pessoas condenadas definitivamente por crimes como feminicídio, estupro, assédio, lesão corporal, perseguição e violência psicológica.

Caberá à União gerenciar as informações que serão compartilhadas entre órgãos de segurança pública federais, estaduais e do Distrito Federal.

Entre as informações que poderão constar da lista estão nome, dados de documentos pessoais, filiação, fotografia, impressões digitais, endereço e o crime cometido, sendo garantido o sigilo da identidade da vítima.



BANCO DE DADOS PODE AUXILIAR NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

De autoria da deputada Silvyne Alves (união-GO), o projeto foi aprovado nas comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Constituição e Justiça (CCJ).

A relatora do projeto na CDH, senadora Augusta Brito (PT-CE), destacou que, apesar da criação de normas e políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, os crimes têm aumentado.

Segundo a senadora, a criação do CNVM, com caráter sancionador e

preventivo, pode auxiliar ainda mais no enfrentamento desse tipo de violência.

“A perspectiva de ter seu nome incluído nesse cadastro pode ter efeito dissuasório sobre parte dos potenciais agressores. Isso trará algum alento às vítimas, que poderão ter um pouco mais de tranquilidade sabendo que seus agressores estarão sob maior vigilância”, afirmou.

INOVAÇÃO

Correios lança nova plataforma de exportação



CLIENTES PASSAM A TER MAIS RAPIDEZ E EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO, COM O PROCESSO SENDO FINALIZADO EM POUCOS MINUTOS

Os Correios lançaram um novo modelo de exportação, que moderniza, simplifica e acelera o envio internacional de encomendas. A iniciativa beneficia especialmente micro, pequenas e médias empresas ao tornar o processo mais ágil, integrado e seguro, melhorando a experiência dos exportadores brasileiros no acesso a mercados externos.

A principal mudança está na integração de sistemas. A plataforma Minhas Exportações passa a ser a ferramenta de pré-postagem internacional utilizada pelos clientes. Por meio dela, as informações são enviadas à Receita Federal em até duas horas após a postagem, o que antecipa a fiscalização aduaneira e contribui para maior rapidez no processamento das remes-

sas. A solução também valida dados antes do envio, gera automaticamente os documentos exigidos e reduz etapas manuais, diminuindo riscos de erro e retrabalho.

Os clientes ganham tempo e agilidade no processo, que agora é concluído em poucos minutos nas agências dos Correios. A simplificação do processo representa mais eficiência operacional, previsibilidade e economia de tempo para quem exporta.

Além disso, a plataforma proporciona ambiente por meio do qual os clientes podem acompanhar mais detalhadamente o andamento de suas remessas e satisfazer eventuais exigências complementares estabelecidas pelos órgãos de fiscalização.

Além de agilizar a experiência do

usuário, o novo modelo reforça a confiabilidade do envio internacional, com integração total entre os sistemas dos Correios e os órgãos de controle, seguindo padrões internacionais de segurança e conformidade aduaneira.

Minhas Exportações

Na plataforma Minhas Exportações (minhasexportacoes.correios.com.br), além de realizar as pré-postagens, os clientes também têm acesso a um simulador de preços e prazos para envios internacionais e aos valores mais recentes para o Dólar Americano e o Euro. Embora tenha sido construído de forma intuitiva, o ambiente também conta com um manual de usuário, como apoio adicional ao exportador.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Lula assina decreto que promulga acordo UE-Mercosul

PEDRO RAFAEL VILELA
AGÊNCIA BRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta terça-feira (28), em cerimônia no Palácio do Planalto, o decreto que oficializa a validade do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia (UE), que entra em vigor a partir do dia 1º de maio.

Com o tratado, o bloco sul-americano, composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, vai zerar tarifas sobre 91% dos bens europeus em até 15 anos. Já a UE eliminará tarifas sobre 95% dos bens vendidos pelo Mercosul em até 12 anos.

Os termos do acordo foram assinados no fim de janeiro, em Assunção, no Paraguai, entre representantes dos dois blocos, após 26 anos de negociações.

O pacto cria uma zona de livre comércio envolvendo 31 países, sendo 27 da UE e quatro do Mercosul, com uma população conjunta de 720 milhões de habitantes e cerca de US\$ 22 trilhões em Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos).

“A resposta que a União Europeia e o Brasil deram ao mundo é que não existe nada melhor do que a gente acreditar no exercício da democracia, no multilateralismo e na relação cordial entre as nações. É este exemplo que nós damos com esse acordo aqui”, afirmou Lula ao assinar o decreto.

Na mesma linha, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, destacou o significado político do acordo.

“Em um mundo conturbado, com forte instabilidade geopolítica e proliferação de medidas unilaterais, inclusive na área comercial, o acordo emite claro sinal de que os dois blocos acreditam na integração econômica, no comércio como promotor do desenvolvimento e na plena compatibilidade da integração comercial com regimes multilaterais nas áreas ambiental, trabalhista e social”, afirmou.

Após as longas negociações entre representantes diplomáticos, a ratificação do acordo foi concluída pelo Congresso Nacional no início de março, sendo promulgada dias depois.

Foi a última etapa para que o acordo, pelo lado brasileiro, entrasse em vigor por meio do decreto presidencial agora assinado por Lula.

Os parlamentos de Argentina, Uruguai e Paraguai, demais sócios do Mercosul, também já ratificaram o acordo.

Do lado da União Europeia, o Parlamento Europeu pediu, em janeiro, que o Tribunal de Justiça do bloco faça uma avaliação jurídica sobre o acordo, mas a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, garantiu que o bloco aplicará o tratado de forma provisória a partir de maio, mesmo com a pendência de análise judicial.

Outros acordos

Na mesma cerimônia em que validou o acordo Mercosul-UE, o presidente Lula também enviou outros dois acordos comerciais para serem analisados pelo Congresso Nacional. Um deles é o acordo Mercosul-Singapura, anunciado em 2023 LINK 5. O país asiático é um dos principais destinos das exportações sul-americanas.

O outro acordo envolve o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), integrada por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

A parceria multilateral vai criar um mercado de 290 milhões de consumidores em economias que somam PIB de US\$ 4,39 trilhões, o equivalente a mais de R\$ 23 trilhões em 2024.

A negociação teve início em 2017 e, depois de 14 rodadas, os termos finais foram acertados em junho de 2025.

Nos dois casos, os legislativos dos países do Mercosul precisam aprovar os tratados, para que entrem formalmente em vigor



IMPERATRIZ

Polícia estoura laboratório de drogas

A operação contou com a participação de equipes da Delegacia de Repressão ao Narcotráfico (DENARC) de Imperatriz, do 14º Batalhão da Polícia Militar e do DIAE

Uma operação integrada entre a Polícia Civil e a Polícia Militar do Maranhão realizada na tarde desta segunda-feira (27), culminou na prisão de uma mulher, de 44 anos, suspeita de envolvimento com o tráfico de drogas, além da apreensão de significativa quantidade de entorpecentes e materiais utilizados na atividade ilícita na cidade de Imperatriz.

A operação contou com a participação de equipes da Delegacia de Repressão ao Narcotráfico (DENARC) de Imperatriz, do 14º Batalhão da Polícia Militar do Maranhão e do DIAE/PM-MA, reforçando a atuação integrada das forças de segurança no combate ao tráfico de drogas na região.

A ação foi desencadeada no Bairro Vila Nova, após trabalho de inteligência das forças de segurança, que monitoravam o imóvel há alguns dias devido à movimentação suspeita. A investigada foi abordada no momento em que chegava ao local, sendo flagrada com entorpecentes.

Durante a vistoria no imóvel, os policiais localizaram um ambiente estruturado para o preparo e armazenamento de drogas, com apreensão de quantidade significativa de substâncias ilícitas, além de balanças, prensa hidráulica e outros materiais utilizados no tráfico.



Foi observado, ainda, que grande parte das drogas estavam escondidas em embalagens de travessieiros com café, para disfarçar o odor.



Diante dos fatos, a suspeita recebeu voz de prisão e foi conduzida à sede da DENARC, onde foi autuada em flagrante pelo crime de tráfico de drogas, sendo posteriormente encaminhada à Unidade Prisional, onde permanecerá à disposição da Justiça.

A ação reforça a eficácia do trabalho conjunto entre a Polícia Civil e a Polícia Militar no combate ao tráfico de drogas na região.

HERBA NEFANDA II

Operação contra tráfico e homicídios termina com dois mortos e prisões no interior do Maranhão

Uma operação integrada das forças de segurança do Maranhão foi deflagrada nas primeiras horas da manhã desta terça-feira (28) na região da Aldeia Bananal, zona rural entre os municípios de Grajaú e Barra do Corda. Batizada de "Herba Nefanda II", a ação teve como objetivo cumprir mandados de prisão e de busca e apreensão contra suspeitos ligados ao tráfico interestadual de drogas e a crimes de homicídio.



Durante o cumprimento das ordens judiciais, em um dos pontos considerados estratégicos, equipes policiais foram recebidas a tiros por dois dos principais alvos da operação. Os suspeitos, apontados como envolvidos na manutenção de plantações ilegais e em um homicídio na região, reagiram à abordagem. Houve confronto, e ambos morreram no local. Com eles, foram apreendidas uma pistola calibre .40 e um carregador de pistola Glock.

Em outra frente da operação, dois homens foram presos em posse de armas longas, um revólver calibre .32, além de grande quantidade de maconha em processo de secagem e materiais utilizados no cultivo e distribuição da droga.

As equipes também localizaram mais de três áreas de plantio com maconha em estágio avançado de crescimento, totalizando mais de 80 mil pés. Toda a plantação foi destruída no local, conforme os protocolos de combate ao narcotráfico.



A operação contou com a participação da 15ª Delegacia Regional de Barra do Corda e do 1º Distrito Policial de Grajaú, além de equipes da Polícia Militar, incluindo o 5º BPM (GOE e ALI), da Força Estadual de Segurança Pública (FEISP), do COSAR, do Centro Tático Aéreo (CTA), com base em Presidente Dutra, e da Guarda Municipal de Grajaú.

Os suspeitos presos e o material apreendido foram encaminhados à Delegacia de Polícia Civil, onde serão realizados os procedimentos legais cabíveis.

SÃO LUÍS

Confiança do empresário do comércio desacelera

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC), apurado mensalmente pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (Fecomércio-MA) em parceria com a Confederação Nacional do Comércio (CNC), alcançou 109,1 pontos em março, com queda de 1,5% no mês e recuo de 5,1% em relação ao pico de agosto de 2025.

Embora o índice ainda se mantenha acima da linha dos 100 pontos – o que, tecnicamente, mantém o setor em terreno de otimismo –, o indicador mostra perda de ritmo e sinaliza um cenário mais moderado. O setor vive um contraponto: a esperança no futuro ainda é maior do que a realidade que se apresenta no mercado hoje.

O descompasso entre presente e futuro

Os dados revelam uma diferença clara entre a percepção atual e as expectativas dos empresários. O Índice de Condições Atuais, que mede o sentimento sobre o momento presente, está em 83,1 pontos, abaixo da zona de neutralidade. Para 40,2% dos lojistas, a situação atual da economia apresentou forte piora.

Em contrapartida, as expectativas futuras continuam robustas, marcando 143,9 pontos, com destaque para a avaliação das próprias empresas (161,7 pontos). Mais da metade (52,2%) dos empresários acredita em melhora no desempenho das próprias empresas, especialmente entre os pequenos negócios, o que mantém o índice geral em patamar positivo. É uma confiança ancorada na esperança de retomada, e não na solidez do panorama atual.

Freio nos investimentos e estoques elevados

A cautela não é apenas uma percepção, mas se traduz em decisões concretas de gestão. Com o ambiente econômico mais incerto, o empresariado está retraindo gastos. O nível de investimento no setor (89,8 pontos) caiu 6% em apenas um mês, enquanto a intenção de contratar novos funcionários, embora ainda acima da neutralidade (127 pontos), desacelerou 2,8%. Atualmente, 45,1% dos empresários planejam "aumentar pouco" a equipe.

Além disso, o indicador de estoques alcançou 84,3 pontos. Cerca de 25,2% das empresas, especialmente no segmento de bens duráveis, relatam estoques acima do nível ideal, um fenômeno comum quando as vendas não acompanham o ritmo esperado.

Juros elevados e crédito restritivo

Com a taxa básica de juros em 14,75% ao ano e o crédito mais caro, com o rotativo do cartão chegando a cerca de 436% ao ano em fevereiro, o acesso ao crédito fica mais restrito e seu custo mais elevado, inibindo decisões de investimento.

Além do custo do crédito, o endividamento das famílias – 78,8% das famílias de São Luís estão endividadas e 28,8% inadimplentes – diminui o poder de compra. Esse ambiente de restrição, somado à instabilidade geopolítica que pressiona o preço dos combustíveis e, consequentemente, a logística e os preços nas prateleiras, limita a margem de manobra dos empresários.

Desafio para o setor

Para o presidente da Fecomércio-

MA, Maurício Feijó, o momento exige uma atuação mais estratégica por parte dos empresários. "Os dados mostram que há uma desaceleração da confiança, influenciada por um ambiente econômico mais restritivo. Nesse contexto, o crescimento tende a ser mais moderado, o que exige cautela, planejamento e maior eficiência na gestão", avalia.

O ICEC de março confirma a resiliência do comércio, ainda em terreno positivo, mas já em um cenário mais desafiador e de crescimento mais moderado.



